



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**137ª Reunião Ordinária**  
**do Conselho Nacional de Assistência social**  
**CNAS**

Ata da ordem dos dias 28 e 29 de junho de 2006.

– Brasília-DF –

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Ata da 137ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência social - CNAS**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, Ala A, sala 108. Brasília-DF.

**Data:** 28 e 29 de maio de 2006.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e seis, na sala de reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, teve início a Centésima Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Presidência do Conselheiro Silvio Iung, Representante da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, e com a presença dos seguintes membros: Márcia Maria Biondi Pinheiro, Representante Titular do MDS; Simone Aparecida Albuquerque, Representante Suplente do MDS; Natalia de Souza Duarte, Representante Suplente do MEC; Tânia Mara Eller da Cruz, Representante Titular do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, MPOG; Luciana de Barros Jaccoud, Representante Suplente do MPOG; Marcelo da Silva Freitas, Representante Suplente do Ministério da Previdência Social; Waldecy Francisco Pereira, Representante Suplente do Ministério da Fazenda; Misael Lima Barreto, Representante Suplente da Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social; Euclides da Silva Machado, Representante Titular da Obra Social Santa Izabel; Pe. Nivaldo Luiz Pessinati, Representante da CNBB; Alcides Coimbra, Representante Suplente da Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social; José Carlos Aguilera, Representante Suplente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias; Maria Andrade Leite, Representante Suplente da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Vânia Lucia Ferreira Leite, Representante Suplente Pastoral da Criança; Márcio José Ferreira, Representante Titular da União Brasileira de Cegos – UBC; Marcos Antônio Gonçalves, Representante Suplente da Federação Brasileira de Inclusão Social, Reabilitação e Defesa da Cidadania – FEBIEX; Carlos Rogério de C. Nunes, Representante Titular da CUT; Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito, Representante Titular da Confederação das Santas Casa de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB; Waldir Pereira, Representante Suplente da Federação Brasileira das Associações Cristãs dos Moços; João Paulo Ribeiro, Representante Titular da FASUBRA; Edivaldo da Silva Ramos, Representante Suplente da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABDEV; e demais convidados conforme lista de presença anexa.

**ABERTURA** – O senhor Presidente, após saudar todos os presentes, deu início à Centésima Trigésima Sétima Sessão Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social solicitando manifestação da senhora Secretária Executiva do CNAS, Cláudia Teresa Saboia, para conferência de quorum. Verificada existência de quorum, o senhor Presidente deu início aos trabalhos apresentando a pauta da supramencionada reunião, a saber: *Dia 28 de junho de 2006: das 8h00 às 12h30. De 14h00 às 15h00 temos a aprovação desta pauta, a Ata; os informes da Presidência e da Secretaria Executiva; do MDS e dos Conselheiros. Acho que o MDS não está aí junto, mas deve constar também. De 15h00 às 17h00 está previsto o relato sobre a proposta da NOB de Recursos Humanos e desdobramentos. Das 17h00 às 18h00, preparo e informações sobre o planejamento estratégico. Das 18h00 às 18h30 o relato do GT Contábil e está previsto às 19h00 até às 19h30, a Presidência Ampliada. Dia 29 de junho de 2006: Câmaras de Julgamento iniciam às 8h30 até às 9h30. De 9h30 até 12h30 o relato das Comissões Temáticas e os informes dos GTs PROUNI e Proteção Social Básica nas Comunidades Quilombolas e Indígenas. De 14h00 às 18h00 reunião do Pleno para julgamento de processos para a Plenária. De 9h30 às 12h30, relato da Presidência Ampliada* Submetendo-a apreciação do Plenário do CNAS. O senhor Presidente colocou a supramencionada pauta em votação, não havendo qualquer manifestação em contrário, esta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão a Ata da Centésima Trigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, realizada nos dias dezesseis e dezessete de maio de dois mil e seis. O Conselheiro João Paulo Ribeiro registrou não ter feito entrega de seus informes referente à última reunião do Conselho, motivo pelo qual os mesmos não constam apensados na referida Ata. Nada mais havendo a colocar sobre este item de pauta, a Ata da supracitada reunião foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente solicitou manifestação da senhora Secretária Executiva do CNAS, Cláudia Teresa Saboia, para proferir relato dos informes da Secretaria Executiva e Presidente do Conselho, destacando primeiramente as ausências justificadas encaminhadas pelos Conselheiros, a saber: *Conselheira Vânia Lúcia encaminhou um e-mail em 28 de junho de 2006 justificando sua ausência na reunião do dia 29 pela manhã, pois ela estará participando do evento do MDS-UNESCO, do qual a Pastoral é parceira. A Conselheira Margarete Cutrim, nos dias 27, 28 e 29 de junho, em virtude de participação como palestrante no Encontro Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – parceria do UNICEF, Prefeitura de São Luís e Conselhos Municipais. Conselheira Ivanete Boschetti, nos dias 28 e 29 de junho, em razão de capacitação na UnB. Conselheiro José Adelar Cuty da Silva em razão de compromissos no Ministério do Trabalho e Emprego. Conselheiro Ademar Marques, nos dias 28 e 29 de junho, em razão de participação em evento internacional em Quito, Equador. Conselheiro Marcelo Garcia, nos dias 28 e 29 de junho, em razão de participação em evento no Rio de Janeiro. Conselheira Janaína Magalhães, nos dias 28 e*

29 de junho, em razão de compromissos profissionais na Secretaria da Assistência Social e cidadania. Conselheira Maria de Nazareth de Souza, nos dias 28 e 29 de junho, por problemas de saúde. Em seguida, a senhora Secretária Executiva passou a informar sobre materiais encaminhados aos Conselheiros por meio eletrônico, destacando documento solicitando aos membros do Conselho acerca de indicação para participação como Delegado Nacional da I Conferência Nacional de Economia Solidária, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Agrário, a ser realizada dos dias 26 a 29 de junho do corrente ano, informando ter sido indicado o Conselheiro Carlos Rogério Nunes para fazer representar o Conselho no referido evento. Destacou também envio de consulta formulada acerca de participação de Conselheiros do CNAS em audiência pública com o tema “Assistência Social em Evidência”, a realizar-se no dia 30 de junho, na Câmara Municipal de Goiânia, registrando que devido à impossibilidade do senhor Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social em fazer-se presente no supracitado evento, fora indicado o Conselheiro José Carlos Aguilera. Registrou ainda o envio de convite aos Conselheiros Nacionais para participação na 32ª Conferência Internacional de Bem-estar Social, com o tema “Inclusão Social: O Enfrentamento da Pobreza e da Desigualdade Social”, a realizar-se em Brasília, de 16 a 20 de julho de 2006, tendo sido indicados os Conselheiros Ademar Marques e José Carlos Aguilera. Informou que foram encaminhadas fichas de inscrição para participação no I Encontro Nacional de Coordenadores de CRAS, a realizar-se no período de 19 a 21 de junho, na Academia de Tênis, em Brasília-DF, em 08/06/06, aos Conselheiros João Paulo Ribeiro, José Carlos Aguilera, Luciana de Barros Jaccoud, Maria Andrade Leite, Sílvio Iung, Tânia Mara Eller, Vânia Lúcia Ferreira Leite e Waldir Pereira. Informou ainda sobre a realização de uma reunião com o Procurador da República no Distrito Federal, Dr. José Alfredo, que contou com a participação do senhor Presidente do CNAS, Sílvio Iung, e da Coordenadora de Normas do Conselho. Destacou também que o senhor Presidente do Conselho gravou uma fala, no dia 26 de junho do presente ano, a ser transmitida durante a teleconferência, que será realizada pelo Ministério e exibida no dia 30 de junho, em rede nacional, cujo assunto será Prestação de Contas 2005, preenchimento dos demonstrativos sintético-anual, físico-financeiro referente aos recursos federais repassados em 2005. Informou sobre a participação do Presidente do Conselho e Secretária Executiva em reunião com Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social. Destacou ainda visita realizada pelo senhor Presidente do CNAS ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em seguida, a senhora Secretária Executiva do Conselho informou sobre os convites recebidos pelo CNAS que carecem de indicação de Conselheiros para representar o Conselho, a saber: convite do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, para participação no I Reunião Descentralizada, a realizar-se de 11 a 12 de julho, em Catanduva-SP, salientando que o Conselheiro representante do CNAS neste evento

deverá proferir palestra, no dia 11 de julho, sobre a Resolução 191, que regulamenta o artigo 3º da Lei Orgânica de Assistência Social. Convite feito pela Associação dos Servidores dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia, Casa do Aposentado e Pensionista, à Presidência do CNAS, para participar da 10º ENPO – Encontro Nacional dos Aposentados e Servidores da Previdência e do Ministério da Saúde, na qualidade de palestrante na Mesa Redonda “Controle Social e Medidas de Proteção”, com o tema: “Papel dos Conselhos de Direito Social”, a se realizar nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2006, no Hotel da Bahia – Largo 2 de julho, Campo Grande, Centro – Salvador-BA. Ressaltou ainda sobre encaminhamento de moção de solidariedade e repúdio sobre questão relativa às aposentadorias. Tendo sido esclarecido que o assunto foi enviado à Secretária de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social. Fez registrar ainda que foi encaminhado ofício ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e a Resolução Normativa daquele Conselho sobre a regulamentação de recursos advindos de emendas parlamentares da União e do Distrito Federal. Destacou que fora enviada Nota Técnica de consulta formulada pelo CNAS acerca do processo de ação cautelar inominada, relacionada ao município de Campinas, salientando que o documento apresenta que este se encontra em pleno funcionamento e que não há qualquer problema na relação do Conselho com o Fundo Nacional de Assistência Social tampouco quanto aos repasses de recursos do SUAS-WEB. Informou ainda que fora enviada pela ex-Conselheira Dalila Maria Pedrini prestação de contas da participação da Cáritas Brasileira na gestão 2004-2006, encaminhada para conhecimento dos membros do CNAS. Informou que o Serviço de Normas do CNAS está desenvolvendo complementarmente ao SICNAS três aplicativos de informática que visam facilitar o acesso e acompanhamento das normas pertinentes ao Conselho e tratadas nas Comissões. Registrou ainda distribuição da edição de maio de 2006 do Jornal “Participação Social”. Por fim, informou sobre prorrogação do prazo de recebimento das contribuições ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que deverão ser encaminhadas até o final do mês de julho do corrente ano. Em seguida, o senhor Presidente colocou a necessidade de acertar com os demais setores da administração pública acerca de demandas feitas ao Conselho Nacional de Assistência Social, visando agilizar respostas e solicitações feitas por tais órgãos. Informou que foi sugerido disponibilizar o SICNAS via Internet, com vistas a atender tais demandas. Informou também sobre a criação de um Grupo de Trabalho entre o CNAS e o Ministério da Previdência visando maior celeridade na prestação de informações. Ressaltou que o supracitado Grupo de Trabalho será composto por dois Conselheiros, representantes da Sociedade Civil e Governo, técnicos do CNAS e técnicos do Ministério da Previdência Social, para elaboração de um instrumento de informação que facilite a relação entre os dois órgãos. Destacou ainda sua visita ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretarias. Em seguida, solicitou manifestação dos membros do Plenário acerca da participação nos eventos informados

pela Secretária Executiva, salientando a urgência de indicação para representação do CNAS na Reunião Descentralizada do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo. E ainda manifestação acerca de indicação para participação no 10º Encontro Nacional dos Aposentados e Servidores da Previdência e do Ministério da Saúde, nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2006, em Salvador-BA. Ao tempo que o Conselheiro João Paulo Ribeiro fez registrar sua insatisfação com a forma de indicação de Conselheiros para representação do CNAS em eventos. Salientando que se faz necessário estabelecer norma para tal, uma vez que não se sabe ao certo qual critério é utilizado para indicação dos membros do Conselho. O senhor Presidente informou que o assunto será tratado pela Presidência Ampliada e, posteriormente, trazido para discussão em Plenário. Por fim, o senhor Presidente salientou a importância de indicação de representação durante a Reunião Descentralizada do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, colocando que os membros do CNAS poderão manifestar-se posteriormente em comunicação à Secretaria Executiva. Em seguida, o Conselheiro João Paulo Ribeiro indagou acerca da composição do Grupo de Trabalho que discutirá assuntos referentes ao Programa Universidade para Todos, PROUNI. Ao tempo que o senhor Presidente esclareceu que tal Grupo de Trabalho é constituído pelos seguintes Conselheiros: Natalia de Souza Duarte, que é a Coordenadora, Marcelo Garcia, Misael Lima Barreto, José Carlos Aguilera, Conselheira Simone Albuquerque e Silvio Iung. Em seguida, a Conselheira Simone Albuquerque retomou a discussão acerca sobre o Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas, esclarecendo que o cerne de toda a questão se deu por conta da desconstituição do supracitado Conselho de Assistência Social em face de ingerências políticas do governo municipal em questões estritamente ligadas àquele Conselho. O Conselheiro João Paulo Ribeiro colocou que a ocorrência relativa ao Conselho Municipal de Campinas compromete a imagem do Conselho, bem como representa um atraso nas ações do Conselho Nacional de Assistência Social em detrimento da forma como a Secretaria Municipal daquele município tratou a questão. O senhor Presidente fez registrar que está sendo elaborado pela consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome um documento de orientação aos Conselhos de Assistência Social, apresentando informações sobre a importância do seu funcionamento, de suas tarefas e funções. Nada mais havendo a considerar sobre os informes da Presidência e Secretaria Executiva, o senhor Presidente passou ao próximo ponto de pauta, solicitando manifestação da Conselheira Simone Albuquerque para proferir relato dos informes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Conselheira Simone Albuquerque informou sobre a realização do I Encontro de Coordenadores de CRAS, salientando que o tal evento contou com a participação de 1.536 pessoas, entre os quais: Coordenadores, gestores, estudiosos, pesquisadores e Conselheiros. Destacou, em seguida, apontamentos obtidos a partir das discussões realizadas durante o evento, dentre os quais a identificação de que tipo de acompanhamento e com qual diretriz os Centros de Referência da

Assistência Social irão atender às famílias; orientação sócio-assistencial para atendimento e acompanhamento das famílias beneficiadas por ações da Assistência Social; orientação sobre como prestar serviço sócio-educativo de forma que as pessoas usuárias dos serviços sócio-assistenciais possam resgatar sua autonomia. Informou ainda que está sendo discutida em âmbito nacional proposta preliminar acerca da estruturação dos CRAS e metodologia que trata do atendimento sócio-educativo no Sistema Único de Assistência Social para as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Destacou que foram identificados alguns modelos de CRAS, os quais classificados pela Professora Aldaíza Sposati, após sistematização das contribuições colhidas quando da realização do Seminário em questão, quais sejam: Centro de Referência da Assistência Social exacerbado; modelo minimalista, ou modelo despachante, que é o Centro de Referência da Assistência Social que atende a demandas e as encaminha para outras instâncias; e Centro de Referência da Assistência Social centrado, ou seja, que segue as orientações da Política Nacional de Assistência Social e da Norma Operacional Básica. Destacou ainda que os temas tratados durante o evento em questão serão apresentados ao Plenário do CNAS para discussão e manifestação de seus membros. A Conselheira Simone Albuquerque informou ainda sobre realização de campanha publicitária sobre o Benefício de Prestação Continuada. Informou também que serão feitas modificações significativas no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando atender de forma mais eficiente demandas do Conselho Nacional de Assistência Social relativas a sua página na Internet. Informou ainda que se encontra disponível na Internet o SISCON, que possibilita acompanhamento do trâmite dos convênios e emendas parlamentares referentes à área da Assistência Social. Por fim, destacou que se encontra em discussão de alteração do Decreto 2.536, que está sendo feita por um Grupo Interministerial, e que, após sistematização das contribuições, o tema será colocado para discussão pública, bem como será trazida para apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social. Não havendo quaisquer considerações sobre o item em apreciação, o senhor Presidente solicitou manifestação dos Conselheiros para proferirem relatos de seus informes. A Conselheira Tânia Mara Eller da Cruz informou de sua participação da Câmara Técnica junto à Comissão Intergestores Tripartite discutindo a questão da regulamentação e orientações da Norma Operacional Básica e do Sistema Único de Assistência Social em relação ao Benefício de Prestação Continuada. Por fim, informou sobre sua substituição como representante do Ministério do Planejamento no CNAS, sendo, portanto, necessária indicação de outro Conselheiro para assumir seus compromissos. O Conselheiro Misael Barreto fez registrar sua escusas ao Plenário do Conselho pela não participação na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, devido a conflitos de agenda. O Conselheiro João Paulo Ribeiro informou sobre publicações feitas pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior acerca das fundações públicas. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves

informou sobre o lançamento da “Rede do Bem”, no dia 30 de junho de 2006, São Paulo-SP, convidando os Conselheiros a participarem do evento. O Conselheiro Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito registrou seus cumprimentos ao Conselheiro Misael Barreto pela sua indicação na Segunda Câmara do CRPS, como membro do Conselho de Recursos da Previdência Social. Não havendo outras inscrições sobre o tema, o senhor Presidente passou ao próximo item de pauta, solicitando manifestação do Conselheiro Marcos Gonçalves para tratar dos informes sobre a constituição da Comissão de Ética do CNAS, como Comissão permanente daquele Conselho. O Conselheiro Marcos Gonçalves colocou que tal assunto fosse tratado quando das discussões sobre o Planejamento Estratégico da Gestão 2006-2008, uma vez que Conselheiros interessados em compor a referida Comissão de Ética não estavam presentes nesta reunião. Houve manifestações do Plenário do CNAS solicitando maiores esclarecimentos acerca da constituição da referida Comissão, tendo sido salientando que esta não tem a mesma expressividade que as demais Comissões Temáticas do CNAS. Ao tempo que o Conselheiro Marcos Gonçalves manifestou-se enfatizando a importância da criação da supracitada Comissão, salientando que sua constituição visa estabelecer participação igualitária da Sociedade Civil e Governo nas discussões no Plenário do Conselho. Tendo, portanto, sido solicitado que a discussão do assunto fosse tratado quando da discussão do Planejamento Estratégico, visando assegurar a participação de Conselheiros interessados em compor a supramencionada Comissão. A Conselheira Simone Albuquerque manifestou-se contrária à proposta ora em apreciação. Advertiu aos membros do Conselho sobre a forma de encaminhamento de questões acerca da constituição de tal Comissão. O Conselheiro João Paulo Ribeiro destacou que tal Comissão deverá ser instalada apenas quando houver necessidade de se apurar infrações ao Regimento Interno do Conselho, bem como do Código de Ética dos Conselheiros Nacionais de Assistência Social, não podendo, portanto, ter a Comissão caráter permanente. Fez ainda registrar que os pactos firmados anteriormente pelos membros do Conselho devem ser respeitados. A Conselheira Luciana de Barros Jaccoud manifestou-se contrária à proposta de adiamento das discussões acerca do assunto em questão, salientando a importância de que seja mantido o equilíbrio entre as bancadas. A Conselheira Márcia Pinheiro, manifestando-se contrária à proposição em apreço, colocou ainda a importância de se tratar o tema de forma política quanto à indicação dos membros que comporão a Comissão em questão, bem como fazer registrar o posicionamento do Conselho sobre o assunto em tela. O Conselheiro Marcos Gonçalves destacou que a proposta apresentada não tem como intento provocar celeumas entre os membros do CNAS, tampouco aquinhoar o equilíbrio existente no Pleno do Conselho. Ao tempo que o Conselheiro Misael Barreto colocou que não cabe ao Plenário do CNAS decisão sobre nomes dos representantes que irão compor a dita Comissão, uma vez que tal discussão cabe exclusivamente às demais Comissões Temáticas do CNAS. Registradas as considerações sobre o tema em apreciação, o



senhor Presidente encaminhou à votação proposta de adiamento da discussão para a próxima Reunião Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, tendo sido aprovada pela maioria dos membros presentes e aptos a votar. Em seguida, o senhor Presidente passou ao próximo item da pauta, solicitando manifestação da Conselheira Simone Albuquerque para tratar do tema referente à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Assistência Social. Que, inicialmente, enfatizou a importância estratégica que os recursos humanos passaram a adquirir na implantação do Sistema Único de Assistência Social. Em seguida, ponderou sobre as diferenças encontradas entre profissionais de outras áreas em relação aos profissionais da Assistência Social na prestação de serviços. Tomando por consideração aspectos relativos à formação acadêmica dos profissionais da área da Assistência Social, bem como de recursos utilizados no desempenho de suas atividades laborais. Colocou também que, considerando as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social, e da última Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social, foi apresentada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, para debate com representação dos trabalhadores, dando início a um debate nacional. Em seguida, apresentou o calendário de discussão do tema, proposto pela Comissão Intergestores Tripartite, a saber: encaminhamento de contribuições pelos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social, até o dia 30 de setembro de 2006; sindicatos, Conselhos e os representantes dos trabalhadores terão prazo até o dia 30 de setembro de 2006 para encaminhamento de suas contribuições; o prazo para encaminhamento da sistematização das contribuições pela Comissão Intergestores Tripartite ao CNAS foi estabelecido para o dia 30 de outubro de 2006. Em seguida, a Conselheira Simone Albuquerque apresentou um resumo das principais questões tratadas pela supracitada Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, cujo conteúdo fora encaminhado na íntegra aos Conselheiros Nacionais para conhecimento. O senhor Presidente informou o endereço eletrônico para o qual deverão ser encaminhadas as contribuições ao documento em apreço, a saber: [cnas-nobrh@mds.gov.br](mailto:cnas-nobrh@mds.gov.br). Os Conselheiros salientaram a importância de que a discussão da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos se dê com a maior celeridade possível, considerando a relevância do tema. O Conselheiro João Paulo Ribeiro chamou atenção para a questão posta entre os diversos órgãos representativos dos interesses laborais, chamando atenção para possíveis divergências encontradas nas diretrizes de carreira entre os entes federais. Salientando ser imperativa a minuciosa observância quando da pactuação das considerações acerca do tema. O Conselheiro Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito sugeriu que fossem disponibilizados canais alternativos para recebimento das contribuições da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. O Conselheiro ponderou acerca da participação da Saúde e da Educação no Fundo Nacional de Assistência Social, bem como sobre o impacto que tais áreas empreitam àquele Fundo. Em seguida, a Conselheira Simone Albuquerque

fez considerações acerca da forma de repasse dos recursos aos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social. Informou ainda sobre convênio firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Banco do Brasil que viabilizará obtenção de informações acerca do saldo existente nos Fundos Municipais de Assistência Social, visando uma fiscalização mais eficaz por parte daquele Ministério, bem como pelo CNAS, sobre os recursos repassados. Por fim, sugeriu que fosse ponto de pauta da próxima Reunião Plenária a apresentação do Programa Nacional de Capacitação para discussão e aprovação pelo CNAS. Foi sugerido ainda que o CNAS constitua um Grupo de Trabalho para acompanhar a questão da supracitada Norma Operacional Básica, bem como para elaborar uma avaliação sobre o tema, submetendo-a, conforme cronograma estabelecido, à apreciação pelo Plenário do Conselho. O senhor Presidente fez registrar recebimento de justificativa de ausência da Conselheira Ivanete Boschetti, que na oportunidade solicitou sua participação no Grupo de Trabalho acima mencionado. Solicitando aos demais Conselheiros que manifestassem interesse em compor o referido Grupo de Trabalho. Manifestaram-se os seguintes Conselheiros interessados em integrar o supramencionado Grupo, pela Sociedade Civil: Conselheira Maria Andrade Leite; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos e Conselheira Ivanete Boschetti. Representando o Governo: Conselheira Simone Albuquerque, tendo sugerido a participação da Conselheira Margarete Cutrim ou de seu Suplente, Marcelo Garcia, carecendo de indicação de outro membro representante do governo. O senhor Presidente sugeriu ainda que o segmento dos trabalhadores apresentasse indicação de dois representantes para integrar o GT. Colocado em votação, e não havendo manifestação em contrário, o encaminhamento proposto pela Presidência foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se à apreciação do próximo item de pauta, tendo o senhor Presidente passado à discussão do Planejamento Estratégico do CNAS, Gestão 2006-2008. Destacando que o tema foi tratado em reunião entre bancada de governo e Sociedade Civil, na qual se tratou da necessidade de construção de uma agenda comum. Apresentando a seguinte proposta de calendário para discussão do tema: dias 10 e 11, elaboração de Planejamento estratégico do Conselho Nacional de Assistência Social para os próximos dois anos, com base nas deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social. Considerando: o papel do Conselho na discussão do Plano Decenal – o monitoramento das principais decisões para os próximos dois anos; os impulsos do CNAS para a implementação destas decisões, em destaque a posição deste Conselho frente ao Mutirão SUAS – Plano 10. Destacou que será realizado, no dia 10 de julho, o credenciamento, das 9h00 às 10h00; das 10h00 às 11h15 trabalho especial com abertura, acolhida pelo Presidente do CNAS. Salientando que participarão de tal planejamento, além dos Conselheiros Nacionais, servidores do CNAS que ocupam funções de chefia. De 11h15 às 11h45 haverá apresentação do Planejamento do MDS, pelo Dr. Ronaldo Alves, Coordenador Geral de Planejamento e Avaliação da SPOA. De 11h45 às 13h30, apresentação da metodologia e discussão da missão, visão e valores

do CNAS, com um facilitador a ser indicado, tendo como sugestão a participação do Dr. Rodolfo Luiz. Das 13h30 às 14h30, intervalo para almoço. Das 14h30 às 18h00, estabelecimento de Grupos de Trabalho para tratar de temáticas relativas às decisões da V Conferência Nacional de Assistência Social, bem como de questões atinentes à Certificação. A programação proposta para o dia 11 de junho, seria a seguinte: continuação dos trabalhos dos Grupos de Trabalho tratando da discussão das temáticas; no período da tarde, realização de Plenária para consolidação do documento final. Em seguida, o senhor Presidente destacou a metodologia a ser trabalhada durante os trabalhos, a saber: *discussão do Planejamento Estratégico do CNAS para os próximos dois anos a partir dos eixos temáticos, objeto de deliberação da V Conferência (gestão de pessoas/RH, gestão, financiamento, Controle Social), bem como do tema: Certificação e o Conselho Nacional de Assistência Social, usando para tanto momentos em Plenária e em grupos, tendo como base as publicações relacionadas à Política, às deliberações da V Conferência e o documento “Mutirão SUAS Plano 10”, resultando no documento consolidado de metas e estratégias para os próximos dois anos.* Franqueando a palavra aos membros do Conselho para suas considerações sobre o assunto ora exposto. O Conselheiro Marcos Gonçalves sugeriu que fossem ouvidos os responsáveis pela elaboração do Planejamento Estratégico da gestão passada, com vistas a fornecer subsídios para a discussão do tema. A proposta foi acatada pela Presidência. Não havendo outras manifestações, o senhor Presidente encaminhou o item à votação, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente solicitou manifestação do o relator do GT Contábil para proferir relato das atividades realizadas por este Grupo de Trabalho. O Conselheiro Euclides da Silva Machado passou a proferir relato do Grupo de Trabalho, destacando, inicialmente a composição do referido grupo, a saber: Conselheiros: Antonino Ferreira Neves; Eugênio Guilherme Himmen; Elias Sampaio Freire; Euclides da Silva Machado; Marcos Antônio Gonçalves e Conselheira Hébrida Verardo Fam. Em seguida, destacou que durante as reuniões daquele grupo foram abordadas aspectos contábeis considerados importantes a serem demonstrados pelas Entidades quando pleiteiam o Certificado no CNAS. Debateram ainda a dificuldade da elaboração de um plano de contas padrão para as Entidades, salientando haver uma reivindicação de que se padronizasse o plano de contas. Entretanto, houve sugestões de que os planos de contas deveriam conter pelo menos algumas contas específicas, de acordo com a necessidade da legislação contábil, desde que se obtenha um mínimo de informações necessárias para julgamento eficaz. Concluiu o Grupo de Trabalho que não seria profícua a definição de um padrão para apresentação dos referidos planos, uma vez considerada as ações realizadas pelas Entidades solicitantes. Destacou ainda que o Grupo entendeu ser oportuno discutir algum tipo de formulário padrão onde as Entidades demonstrem informações de interesse para a análise do CNAS, citando-se como referência o que já existe hoje na ANS (para operadoras de plano de saúde) e na Procuradoria de Fundações (para fundações). Destacou também que durante

os debates surgiu a dúvida se o dito formulário seria “sugerido” e implantado através de uma negociação ou por forma “coercitiva”, por alteração do Decreto. Outro assunto pertinente foi da compreensão de aceitar ou não as Contas de Compensação como prova de registro de “atos” e “fatos” contábeis relativos às gratuidades, mesmo que reconheçamos que o CFC valida esse entendimento. Sendo, para tanto, necessário discernir uma forma tranqüila para a Entidade contabilizar no DRE e que todas as (INSS, SRF, CRC, CFC, CNAS, contadores, Entidades, etc.) partes interessadas aceitem o procedimento. Por fim, informou que o GT opina ser imperioso “conceituar” o que seja “gratuidade” para fins de comprovação do cumprimento do inciso VI, do artigo 3º, do Decreto 2.536/98. Em seguida, o Conselheiro Euclides relatou os encaminhamentos propostos pelo Grupo de Trabalho, quais sejam: *a) que os Conselheiros integrantes do GT Contábil fizessem pesquisa nas legislação que tratam do tema, e que trouxessem elementos (leis, Decretos, normas, notas, pareceres, consultas, etc.) para enriquecimento da discussão; b) de que devemos colher todos os pareceres da Consultoria Jurídica da Previdência pertinentes à matéria; c) que após o GT Contábil chegar a um produto final, devemos levar para um debate com o setor competente da Previdência, com o CFC e demais setores, que possuem interesse na matéria; d) que devemos colher as dificuldades encontradas quando da análise dos processo de pedidos de Concessão e ou Renovação do CEAS junto com a equipe de análise, inclusive, com fatos concretos. Igualmente, colher uma sugestão de formatação do documento citado no item 3, junto à equipe de análise; e) ver a possibilidade de adaptar o formulário/requerimento/certificação ao modelo do Ministério da Justiça, com os devidos ajustes, bem como adotar o Balanço Social nos moldes do IBASE para Entidades sem fins de lucro.* Por fim, destacou as propostas de encaminhamentos, a saber: *I) retomar o tema e partir para as finalizações do trabalho; II) complementar o grupo tendo em vista que alguns Conselheiros não se encontram mais no exercício do cargo, inclusive para manter a paridade; III) ver a possibilidade de convidar de imediato, na retomada dos trabalhos, um órgão representante da contabilidade (CFC, FBC, etc.) e um representante da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social; e IV) marcar uma data para a próxima reunião.* O senhor Presidente abriu o tema à discussão. Sugerindo, inicialmente, a substituição da Conselheira Hébrida Verardo Fam pelo Conselheiro Waldecy Francisco Pereira. E indicação da Conselheira Tânia Mara Eller em substituição ao ex-conselheiro representante do Ministério do Planejamento naquele Grupo de Trabalho. O Conselheiro Alcides Coimbra sugeriu que o CNAS procurasse estreitar relações com o Ministério da Justiça. A Conselheira Tânia Mara Eller sugeriu que um representante do Ministério da Justiça fosse convidado a integrar o supracitado grupo. O Conselheiro Marcos Gonçalves sugeriu que o Conselheiro José Carlos Aguilera fosse convidado a contribuir com as discussões sobre o tema. Nada mais havendo a tratar sobre o tema, o senhor Presidente colocou em votação o relatório ora em apreço, que foi aprovado por unanimidade. O

senhor Presidente solicitou manifestação do Coordenador da Comissão de Normas para proferir relato de sua última reunião. O Conselheiro Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito passou a proferir o relato da Comissão de Normas, destacando que durante sua última reunião os membros daquela Comissão realizaram indicação para eleição de seu Coordenador, tendo sido indicado o Conselheiro Elias Sampaio Freire, como representante do Governo, e o Conselheiro Antônio Brito, como representante da Sociedade Civil. Informou sobre a realização de sorteio aleatório dos processos. Quanto aos processos destinados à Conselheira Lygia Maria Leite, a Comissão de Normas sugeriu que estes fossem distribuídos da mesma forma como foram distribuídos os processos a serem julgados pelo Plenário do Conselho. *Item 4: pedido de anulação do julgamento do processo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, formulado pelo dirigente procurador da Entidade.* Salientando que o dirigente da Entidade alegou que no julgamento de seu processo, durante a última reunião do CNAS, ocorreu vício administrativo, visto que não foi distribuído relatório do voto do relator, Conselheiro Euclides Machado, sobre o processo em questão, aos Conselheiros no momento da votação. Destacando que a Comissão de Normas decidiu não acatar o recurso interposto pela Entidade acima mencionada, por haver entendimento unânime entre os membros da Comissão que não houve qualquer irregularidade administrativa durante o julgamento. Quanto ao pedido formulado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de manifestação do CNAS acerca do desmembramento da Entidade. Assim, conforme entendimento da Comissão, decidiu responder à Entidade somente no que compete ao CNAS, indicando que a Entidade observe os critérios anteriores de Certificação. Quanto à resposta do Ministério Público Federal acerca da Associação Catarinense de Ensino, a Comissão realizará apreciação mais detalhada do caso para posterior posicionamento. Destacou ainda que a Comissão decidiu aplicar o IGPDÍ nos índices das auditorias que não carecem de parecer daquela Comissão. Quanto aos informes, destacou: Projeto de Lei de autoria do Deputado Celso Russomano, que altera a Lei 10.098 acrescentando normas de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência em hotéis, bares, restaurantes e similares. Sobre o qual a Comissão entendeu não haver óbice em apoiar o Projeto, desde que sejam ouvidas as demais Comissões Temáticas do CNAS. *Item 8, outras consultas:* consulta sobre Consórcios Municipais de Saúde, destacou que a Comissão de Normas resolveu manter a posição do Conselho de que não cabe Registro ou Certificado a Entidades criadas por Consórcios Municipais de Saúde. Quanto ao item que tratou da solicitação da Associação Batista Beneficente Assistencial acerca do recebimento de recursos externos e aplicação de material a ser exportado; a Comissão de Normas, depois de consulta à legislação pertinente, indicou à Entidade a impossibilidade de considerar seu pleito, uma vez que está expressamente prevista em lei a vedação de tal possibilidade. A Comissão resolveu ainda indicar o Conselheiro Euclides da Silva Machado como relator do processo da Entidade. Com referência ao ofício do gabinete do

Deputado Henrique Fontana, sobre a Associação Santo Antônio, a Comissão de Normas resolveu: remeter três ofícios, o primeiro ao Conselho Municipal de Saúde solicitando maiores informações sobre o que está ocorrendo com a Entidade; o segundo ofício será encaminhado ao Conselho Municipal de Assistência Social; e o terceiro, por sugestão do Conselheiro João Paulo Ribeiro, será enviado à FUNASA, uma vez que o supracitado hospital presta atendimento à População Indígena da região de Tenente Portela. Com referência à consulta do Presidente da Entidade Cruz Vermelha do Brasil, acerca da Entidade mantida de menor porte solicitar Registro de Renovação, entendeu a Comissão de Normas ser este um problema adstrito à gestão da própria Entidade. Destacou o posicionamento da Comissão acerca do processo da Fundação de Cruz Alta, decidiu sobrestar o processo aguardando uma posição da Entidade acerca da revisão dos critérios de adesão ao PROUNI. O senhor Presidente franqueou a palavra aos membros do Conselho. Ao tempo que o Conselheiro Marcos Gonçalves sugeriu que o Conselho Nacional de Assistência Social estabelecesse orientação específica sobre a questão de desmembramento de Entidades. O Conselheiro Misael Lima Barreto ponderou sobre a necessidade de melhor apreciação do pleito encaminhado pelo Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo. Bem como observância quando de julgamento de processos pelo Plenário do CNAS, salientando que devem ser obedecidas as disposições regimentais quando da relatoria dos processos. A Conselheira Simone Albuquerque evidenciou a existência de legislações federais acerca dos Consórcios de Saúde, que devem ser observadas quando tratadas questões afetas ao tema. Em relação ao processo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, o Conselheiro Euclides da Silva Machado reiterou não ter havido qualquer manobra ou intenção de manipulação e ocultação de informações referentes ao processo em questão. Salientando que o relato proferido à época quando do julgamento do pleito daquele Hospital não foi prontamente distribuído aos Conselheiros presentes por falha dos servidores responsáveis pela distribuição do documento. A Conselheira Márcia Pinheiro colocou que está preservado o direito de que a Entidade se manifeste contrária à decisão do CNAS, podendo recorrer. Registradas as considerações feitas sobre o tema, o senhor Presidente encaminhou à votação, destacando que houve o relato da Comissão de Normas onde há um ponto controverso. E que, considerando o que dispõe o Regimento Interno do CNAS, que faculta à Entidade pedir revisão por suposta ilegalidade, sugeriu que o relatório da Comissão de Normas fosse apreciado e votado desconsiderando o item que trata do processo em questão, e que este seja analisado mais detalhadamente pela Comissão. Colocado em votação por chamada nominal, o encaminhamento acima proposto foi aprovado por unanimidade dos votos. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e esgotada a pauta do dia vinte e oito de junho de dois mil e seis, o senhor Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sílvio Iung, agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião. Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, teve reinício a

Centésima Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Presidência do senhor SILVIO IUNG, (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Representante da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura), e com a presença dos seguintes membros: SENHOR ANTONINO FERREIRA NEVES (Representante dos Trabalhadores da Área de Assistência Social – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas – FENACON); SENHOR CARLOS ROGÉRIO DE C. NUNES (Representante dos Trabalhadores da Área de Assistência Social - Central Única dos Trabalhadores – CUT -); SENHOR ELIAS SAMPAIO FREIRE (Representante do Ministério da Previdência Social – MPS); SENHOR EUCLIDES DA SILVA MACHADO (Representante dos Usuários ou de Organizações de Usuários - Obra Social Santa Isabel); SENHOR JOÃO PAULO RIBEIRO (Representante dos Trabalhadores da Área de Assistência Social – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA); SENHOR MARCELO DA SILVA FREITAS (Representante do Ministério da Previdência Social – MPS); SENHOR MARCOS ANTÔNIO GONÇALVES (Representante dos Usuários ou de Organizações de Usuários - Federação Brasileira da Inclusão Social, Reabilitação e Defesa da Cidadania – FEBIEX); SENHORA LUCIANA DE BARROS JACCOUD (Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP); SENHORA NATALIA DE SOUZA DUARTE (Representante do Ministério da Educação – ME); SENHORA TÂNIA MARA ELLER DA CRUZ (Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP); SENHORA VÂNIA LUCIA FERREIRA LEITE SENHORA MÁRCIA MARIA BIONDI PINHEIRO (Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS); SENHOR WALDECY FRANCISCO PEREIRA (Representante Suplente do Ministério da Fazenda); SENHOR Pe. NIVALDO LUIZ PESSINATI (Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB); SENHOR ALCIDES COIMBRA (Representante Suplente do Instituto Adventista Central do Brasil de Educação e Assistência Social); SENHOR JOSÉ CARLOS AGUILERA (Representante Suplente da ABRUC); SENHORA MARIA ANDRADE LEITE (Representante Titular); SENHOR MÁRCIO JOSÉ FERREIRA (Representante Titular da União Brasileira de Cegos); SENHOR ANTONIO LUIZ PARANHOS R. L. DE BRITO (Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas); SENHOR WALDIR PEREIRA (Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Cegos). Conforme lista de presença anexa. **ABERTURA** – O Presidente Silvio Iung deu início ao segundo dia de reunião solicitando que as câmaras informassem o nome dos Coordenadores eleitos. O senhor José Carlos Aguilera foi eleito Coordenador “ad hoc” da câmara um, ficando a escolha do Coordenador efetivo para a próxima reunião. Já na câmara dois foi escolhido Coordenador o Conselheiro Padre Nivaldo e na câmara três a senhora Maria Andrade. Em seguida a Secretária

Executiva passou informes gerais aos Conselheiros, tendo o Presidente, novamente de posse da palavra, indagado se algum Conselheiro teria interesse em participar da reunião descentralizada do Conselho Municipal de São Paulo em Catanduva. Por falta de Conselheiro disponível a participar do evento, o senhor João Paulo Ribeiro questionou se não seria o caso de enviar um técnico, o que foi acatado pelo Conselho. Após, solicitou ao Conselheiro Aguilera, Coordenador “ad hoc”, que fizesse o relato da reunião da comissão de assistência social, tendo este começado por ressaltar que estava como Coordenador “ad hoc” porque a comissão havia decidido adiar a eleição ou recondução do Coordenador para a próxima reunião em função da ausência da Coordenadora da Comissão, Conselheira Margarete, bem como de outros titulares. Na reunião da comissão foi tratado o artigo 35 do Estatuto do Idoso, onde a comissão propôs que a Secretaria Nacional de Assistência Social fosse novamente convidada a comparecer a comissão para atualizar os resultados das discussões internas no âmbito do Ministério. Também foram priorizados alguns temas para que a comissão retomasse, como atendimento a pessoas com deficiência, a regulamentação dos serviços prestados aos idosos, às pessoas com deficiência e crianças e adolescentes, assim como o monitoramento das deliberações da V Conferência Nacional. Também colocou que o Conselheiro Edivaldo propôs a pauta para informe da participação na Conferência Nacional dos portadores de deficiência, colocando ainda que Conselheiro Rogério propôs falar da participação da Conferência Nacional na economia solidária. Assim, de maneira sintética o Conselheiro Aguilera encerrou o seu relato. Em seguida o Presidente Silvio Iung indagou se algum dos membros da comissão tinha alguma colocação a acrescentar. Não havendo nenhum acréscimo ao relato, o Presidente colocou aquela parte do relatório em apreciação, sendo em seguida aprovado pelo pleno. O senhor José Carlos Aguilera deu seqüência ao seu relato falando sobre a reunião conjunta com a comissão de financiamento, onde a discussão foi sobre benefícios eventuais. A reunião conjunta contou com a presença da representante do Ministério do Desenvolvimento Social Ana Ligia Gomes, Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais, a qual relatou a discussão da regulamentação desses benefícios no âmbito do CNAS, elencando alguns resultados dos levantamentos exploratórios dos benefícios eventuais praticados nos Municípios brasileiros, bem como de uma pesquisa que o Ministério possui entre 626 Municípios e 11 Estados. A Dr<sup>a</sup> Ana Ligia informou ainda que a Secretaria Nacional de Assistência Social estaria concluindo uma proposta de portaria para a regulamentação desse benefício, baseada nos estudos da Professora Potiara da UNB, sugerindo ainda que o CNAS convidasse a Professora Potiara para fazer uma atualização dessa política de benefícios eventuais, já que nessa oportunidade faria uma exposição mais qualificada sobre este tema. Continuando com seu relato o senhor José Carlos Aguilera informou que também se fez presente, como convidado, o assessor da Cáritas Brasileira, Vitélio Paza, que sugeriu que a discussão dos benefícios eventuais, fosse também feita no âmbito do CNAS, onde seriam feitas



indagações sobre qual o papel da Assistência Social, principalmente nas condições de situações de emergência. Referido assessor também ponderou que essa é uma temática que envolve outros Ministérios, ponderando também a necessidade de articulação entre os atores estatais, principalmente em nível local, com a rede de entidades. Assim José Aguilera deu por encerrado seu relato, o qual foi submetido a apreciação do plenário pelo Presidente, tendo sido aprovado em seguida. Ato contínuo a Presidente Silvio Iung passou a palavra a Conselheira Tânia para que fizesse a leitura da memória da reunião da comissão de financiamento. A Conselheira Tânia Maria Eller da Cruz iniciou nominando os Conselheiros presentes, quais sejam, Alcides Coimbra, Maria Andrade, Osvaldo Russo, Silvio Iung, Simone Aparecida da comissão de política, além do senhor Fassarella, Secretário Executivo Adjunto do MDS, que estava como convidado e que havia ido apresentar a questão do orçamento de 2007. Mencionou que estiveram ausentes os Conselheiros Ademar e Marcelo, os quais, no entanto, apresentaram a justificativa da ausência. Como primeiro ponto de pauta tinha a eleição do coordenador da comissão, onde foi indicado o Conselheiro Ademar, que também já tinha se prontificado a exercer a missão de Coordenador da comissão de financiamento. Também foi discutida a PEC 431, sendo colocado que havia sido solicitado na última plenária uma audiência com o Deputado Federal Mário Henringer, que era o relator da PEC. Referido Deputado respondeu a solicitação informando que havia sido aprovado o parecer da proposta nos termos do substitutivo dele e que estava indo para votação em plenário, tendo o parlamentar se colocado a disposição. Com relação ao orçamento de 2007, a Conselheira Tânia informou que tinha uma proposta preliminar anexa aos documentos passados aos Conselheiros. A Conselheira ressaltou ainda que o Ministério do Planejamento não tinha fixado o limite orçamentário. Destacou também o papel do Conselho em relação à capacitação dos Conselhos. Com relação a calendário, a Conselheira enfatizou que ainda precisavam aprovar na comissão antes do encaminhamento da proposta do Ministério do Planejamento, contudo essa data ainda não se tinha. Também fez parte dos temas da reunião a questão do co-financiamento de Estados para área de assistência social. Após a Conselheira Tânia encerrar sua apresentação, o Presidente Silvio Iung abriu a palavra para discussão ou complementação de algum dos integrantes da comissão. A Conselheira Maria Andrade Leite disse que gostaria que fosse colocada no relatório a questão da exploração sexual como sendo um problema sério. Também abordou o fato de que tinha indicado o Coordenador, com ressalvas, tendo em vista achar necessário uma maior discussão sobre a composição da Presidência Ampliada, ressaltando ter questionado o fato de que o Conselheiro Ademar, indicado Coordenador, não estar presente a reunião, desejando saber se o Conselheiro não presente pode ser eleito para uma atividade. A Conselheira Maria Andrade ainda disse entender que teriam que discutir a apresentação de outros nomes para a coordenação. Entendendo que a Coordenadora fez referência à questão do nome do Conselheiro Ademar, afirmando que embora

tivesse sido indicado seu nome, essa discussão havia ficado para a próxima reunião, essa situação colocada pela Conselheira Maria Andrade foi contemplada e superada. Em seguida a Conselheira Natália de Souza Duarte, pegando o gancho deixado pela Conselheira Maria Andrade, questionou ao Conselho se realmente podiam eleger como coordenador de comissão, como coordenador de câmara ou como coordenador de GT uma pessoa que não estivesse presente. O Presidente então respondeu que há um entendimento de que isso é possível quando alguém se coloca a disposição e o conjunto o elege, mas que não há regulamentação específica sobre isso, cabendo, talvez, uma resolução, um adendo ao regimento ou alguma coisa nesse sentido. Diante da resposta do Presidente a Conselheira Natália sugeriu então se levar tal questão a comissão de normas para que fosse trabalhada uma regulamentação a respeito de citado procedimento, sendo imediatamente pautado o tema para aquela comissão. Com relação a preocupação da Conselheira Maria Andrade no que diz respeito a exploração sexual, a Conselheira Tânia também colocou que para o ano de 2007 foram mantidos os mesmos valores de 2006, sendo este um aporte grande, e que o fortalecimento dos Centros de Referência Especializados, que está acontecendo, também está atendendo a esse tipo de questão de abuso e exploração sexual. Discordando da colocação da Conselheira Tânia, a senhora Maria Andrade disse da falta de majoração dos recursos encaminhados ao programa de combate ao abuso e exploração sexual, bem como destacou que recursos encaminhados aos CRES dizem respeito àquele projeto, não podendo ser desviado, encerrando sua fala demonstrando que sua preocupação é em razão de tal problema estar muito acentuado, sobretudo na região nordeste, chegando a ser algo gritante. O Conselheiro José Carlos Aguilera propôs a comissão de financiamento e também a comissão de política, que fosse pautado para a próxima reunião, a previsão de uma agenda no âmbito da comissão de seguridade social da Câmara dos Deputados, com a finalidade do CNAS acompanhar e dar contribuições, em nível de orçamento, para acréscimos ou remanejamentos de recursos na gestão do Fundo Nacional de Assistência Social. A Conselheira Tânia, a título de esclarecimento, dirigiu-se a Conselheira Maria Andrade dizendo que na questão do atendimento de combate a exploração sexual de crianças e adolescente, desde o final do ano passado, os Centros de Referências Especializados devem de fato realizar esse trabalho, propondo ao comissão de política e de financiamento agendarem um debate específico sobre o tema. O Conselheiro João Paulo indagou se na comissão de financiamento foi apresentada alguma ampliação de recurso, tendo a senhora Tânia Mara respondido que o que havia se discutido foi o orçamento 2007, não tendo se tratado de alterações e nem nada a respeito do orçamento de 2006. Com relação a prazo, continuou a Conselheira, foi colocada a questão da restrição de empenho e de pagamento durante o período eleitoral em cumprimento a legislação. O Conselheiro João Paulo insistiu em querer saber se o Ministério estaria trabalhando na ampliação dos gastos, observado o prazo de 30 de junho de 2006, tendo o Presidente Silvio Iung respondido que apesar da importância

do tema, este não havia entrado em pauta. Contudo, o Presidente sugeriu que poderia ser pautado para a reunião de julho, quando poderia ser apresentado um relatório com a posição sobre referido item. Após todos os debates e questionamentos anteriores, o Presidente submeteu a memória da reunião a apreciação, com a observação feita pela Conselheira Tânia, com relação a eleição do coordenador da comissão, e também com a observação de que os assuntos negritados no item orçamento 2007, serão considerados aqueles que prioritariamente deverão ser contemplados na proposta orçamentária, porque estão em consonância com as prioridades da V Conferência. Assim foi aprovado o relatório da comissão. A seguir o Presidente passou ao relato da Presidência Ampliada, sendo que citada reunião teve algum prejuízo em seu andamento em função de se ter os representantes das comissões, mas ainda não os coordenadores eleitos. A reunião contou com a presença, além do Presidente e da Vice-Presidente, do Conselheiro Antonio Brito pela comissão de normas, do Conselheiro José Carlos Aguilera pela comissão de política, e a Conselheira Tânia pela comissão de financiamento. Também estiveram presentes a Claudia Sabóia, Secretária Executiva, e o Márcio que auxiliou nos apontamentos da reunião. O primeiro item foi a proposta da reunião de julho, qual seja: 10 e 11 planejamento estratégico, no dia 12, de 08h30min a 09h30min, uma discussão para a composição da Presidência Ampliada ou para escolha dos coordenadores das comissões. As comissões temáticas trabalham até as 13h00min. No início da tarde, as 14h00min, é a aprovação da pauta, com informes, Conselheiros, MDS, Secretária Executiva, Presidência. De 15h00min a 15h30min apresentação do programa de capacitação, que está sendo elaborado pela Secretária Nacional de Assistência Social. De 15h30min às 17h30min, apresentação e discussão da portaria de benefícios eventuais, que foi apontado pela comissão de política e a comissão de financiamento. De 17h30min a 18h30min o relato dos GTs. E a Presidência Ampliada se reúne às 18h30min. No outro dia, 08h30min, reunião das câmaras de julgamento. 09h30min a 12h00min, relato das comissões temáticas e da Presidência Ampliada e das 14h00min as 18h00min o julgamento de processos. Houve ainda uma solicitação da Conselheira Tânia no que tange a participação na câmara técnica da CIT sobre benefícios, e a decisão da Presidência Ampliada é no sentido de que na próxima reunião, que coincidirá com o planejamento, por esse motivo, envie-se correspondência a câmara técnica justificando essa situação da Conselheira Tânia, que participará na atividade do CNAS de planejamento estratégico. Um outro tema foi o encaminhamento sobre a composição da comissão de ética. Ainda fazendo o relato da Presidência Ampliada, o Presidente disse que esta entendeu que a indicação dos integrantes da comissão de ética deveria acontecer naquela reunião, a primeira efetivamente, normal da nova gestão. Estes integrantes, no número de seis, deverão ser três membros, três da Sociedade Civil e três do Governo, os quais deverão indicar uma pessoa que será eleita em plenário como coordenador dessa comissão. Também foi discutida na Presidência Ampliada a reunião descentralizada do CNAS, que em função do calendário

eleitoral, segundo entendimento da Presidência Ampliada, deveria ser adiada ou deveria ser realizada no mês de novembro, quando o calendário eleitoral deste ano estará vencido. A proposta ainda sugere que a descentralizada ocorra na região nordeste. Ficou prejudicado o item cinco do relatório, que é o de elaborar instruções para a participação dos Conselheiros em eventos. A Presidência Ampliada entendeu, por indicação também dos próprios integrantes que representavam as comissões, de que é mais adequado, por uma questão de legitimidade, que essa discussão aconteça com os membros efetivos da Presidência Ampliada. Encerrado o relato o Presidente colocou a memória da reunião para discussão, além de fazer o encaminhamento a respeito da composição da comissão de ética. Fazendo uso da palavra o Conselheiro Elias Sampaio Freire, se reportando a participação de Conselheiros em eventos, sugeriu que fosse uma matéria a ser tratada pela própria comissão de ética, que poderia já fazer uma análise desse comportamento, do que pode, do que não pode. Apesar de achar um posicionamento interessante, o Presidente respondeu ao Conselheiro que ainda não haviam pensado nisso, visto estarem pensando ainda apenas na regulamentação de dizer em quais eventos o CNAS se propõe a participar. O Conselheiro João Paulo Ribeiro fez um questionamento acerca da comissão de ética, visto entender que citada comissão deveria existir quando se fizesse necessário, querendo saber se seu entendimento estava certo ou se esta seria uma comissão permanente. Quanto a reunião descentralizada, que a princípio estava agendada para setembro, o Conselheiro João Paulo discordou que o calendário eleitoral pudesse atrapalhar sua realização, entendendo que coloca-la para o mês de novembro seria inviabilizar uma reunião descentralizada, porque geralmente nesse período começam as férias. Quanto a participação do CNAS em eventos discordou da proposição de o Conselho de Ética ficar responsável por indicar os parâmetros de participação em eventos. Ressaltou que deveria ser feita uma consulta aos Conselheiros, e quem tivesse habilidade, condições de representar o Conselho, que fosse. Disse ter se sentido injustiçado ao não ter sido indicado para um evento, ao passo que o indicado se quer compareceu no evento que era de muito interesse seu. Em resposta ao Conselheiro João Paulo, o Presidente Silvio Lung, com relação a comissão de ética, disse que esta se instala quando houver necessidade, mas ela é eleita e permanecerá por um período de dois anos. Enfatizou que se elege e só passa a funcionar quando houver uma demanda. Quanto a reunião descentralizada, o Presidente esclareceu que foram feitas consultas a assessoria jurídica, ao TSE, onde o Conselho assumiu o compromisso, por exemplo, de que todos os materiais distribuídos nessa reunião, deveriam ter riscado esse símbolo aqui, “O Brasil Para Todos”, porque isso caracterizaria de alguma forma campanha eleitoral. Assim, explicou que por esse motivo, a Presidência Ampliada entendia ser um risco exagerado expor o Conselho em uma situação que pudesse ser caracterizada como eleitoreira. Por último, quanto a questão de participação em eventos, disse não ter havido discussões nesse sentido e que as ponderações do Conselheiro João Paulo seriam levadas em consideração,

quando houver a discussão do assunto. O Conselheiro Antonino Luiz achou o posicionamento do Conselheiro João Paulo muito importante, mas lembrou que neste momento político partidário, os Estados que também contribuem com a reunião descentralizada, estão também em campanha, porque a eleição não se dará só a nível Federal, mas também Estadual e Municipal, demonstrando que o Governo Estadual poderia tirar proveito da realização da descentralizada, já que iria contribuir com a estrutura e apoio. Concordando com as colocações do Conselheiro Elias e do Conselheiro João Paulo acerca da participação de Conselheiros em eventos e atividades para as quais o CNAS é convidado, o senhor Jose Carlos Aguilera recomendou a Presidência que mantivesse a atitude de socializar em rede os convites que por ventura cheguem aos cuidados do Presidente ou aos cuidados do Colegiado, em consulta aos membros do Colegiado, e os membros do Colegiado respondam da sua disponibilidade ou não. O Presidente Silvio Iung então respondeu que a premissa de indicar o evento e quem participa, conferida pelo regimento interno, é da Presidência Ampliada. O Conselheiro Aguilera afirmou que diante daquela informação estava retirando sua ponderação, apesar de achar que tal procedimento precisa ser mais democratizado. A Conselheira Márcia corroborou a posição do senhor Aguilera de que a presença como Conselheiro é pública, e de que, portanto, sua posição também seja pública. Reportando-se a manifestação do Conselheiro João Paulo, a senhora Márcia esclareceu que todos os convites recebidos pelo CNAS tinham por objetivo democratizar as informações, afirmando que jamais o Presidente em Exercício decidiu por participações ou não. Quanto ao fato narrado pelo Conselheiro João Paulo, disse ter acontecido de fato uma questão em que foram consultar os Conselheiros em relação à participação na Conferência do Idoso, havia três vagas e quatro Conselheiros interessados em participar. A Presidência Ampliada discutiu um critério e decidiu naquele momento que o critério adotado seria as priorizar a participação dos conselheiros residentes em Brasília. Ainda em discussão sobre o tema, o Conselheiro João Paulo discordou da colocação apresentada, entretanto, a posição do plenário referendou a proposta feita pela Presidência Ampliada. O Conselheiro João Paulo voltou a falar, mesmo com os esclarecimentos da Conselheira Márcia, da sua indignação e do seu constrangimento em ter se sentido alijado de participar de um evento de seu interesse e que se achava preparado para bem representar o Conselho, não concordando com o critério de escolha na ocasião, ou seja, Conselheiros que morassem em Brasília. Após essa série de debates e colocações, o Presidente Silvio Iung submeteu as decisões da Presidência Ampliada ao plenário e com a abstenção do Conselheiro João Paulo, o relatório foi aprovado. Na sequência o Presidente solicitou tanto da bancada governamental quanto dos seguimentos da sociedade civil, indicação dos nomes para comporem a Comissão de Ética. Antes da indicação houve um questionamento do Conselheiro João Paulo acerca da legalidade de se formar uma Comissão composta por suplentes e estes poderem, por exemplo, destituírem um Conselheiro titular, o que, segundo o Conselheiro Marcos,

não é previsto no regimento. A Conselheira Márcia sugeriu que os segmentos se reunissem no período do almoço e decidissem pelos nomes a serem indicados, o que foi prontamente acatado por todos. Em seguida, o Conselheiro João Paulo deu início ao relato do GT Indígenas e Quilombolas agradecendo ao trabalho dos técnicos e funcionários do CNAS, em especial a Daniela, Mercês, a Josiane e a Secretária Executiva Claudia Sabóia, pessoas, segundo o Conselheiro, fundamentais para a realização do trabalho, não esquecendo das demais pessoas que auxiliaram na execução da missão. O Conselheiro disse que, através da Conselheira Luciana, iria ser feito o relato do GT indígena e o da comunidade remanescente de quilombos ficaria para a próxima reunião. Em seguida a Conselheira Luciana de Barros Jaccoud deu início ao relato nos termos que se segue: “O relatório foi dividido em seis partes. A primeira é justamente a apresentação do relatório e que gostaria aqui de lembrar o objetivo do GT que foi instituído no final de março de 2006. O objetivo do GT é o de acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os impactos sociais e o desempenho das ações da rede de serviços de proteção social básica nas comunidades indígenas e quilombolas e apresentar relatório com sugestões, visando o melhoramento da gestão dessas ações e os impactos sociais das ações mencionadas. Eu creio, o GT crê que conseguimos alcançar esses objetivos e espero que o plenário do Conselho e todos os atores envolvidos também assim considerem. O GT decidiu dividir, apesar de o objetivo ser acompanhar as ações realizadas pelas duas comunidades, o GT decidiu dividir o seu relatório final em dois relatórios como vocês estão vendo, sendo um relatório para a população quilombola e outro relatório para a população indígena, em função da diversidade da situação vivenciada por essas duas populações e também em função de que um relatório específico, consideramos que seria mais útil para aqueles Municípios que desenvolvem ações com aquelas comunidades. Há uma convergência, alguns Municípios tem tanto populações indígenas quanto populações quilombolas, mas a maioria dos Municípios envolvidos nessas ações tem ou populações indígenas ou populações quilombolas em seu território. Então consideramos que a divisão do relatório em dois produtos distintos, poderia facilitar, para que os Municípios, os Conselhos Municipais de Assistência Social que estão envolvidos com trabalhos com essas comunidades, possam ter, da parte deste Conselho Nacional de Assistência Social, um produto que permita a ele dialogar mais diretamente com os relatórios aqui do Conselho. Então como dizia o relatório está dividido em seis partes. Além dessa introdução fizemos uma apresentação da definição do que são comunidades remanescentes de quilombos e também características gerais dessas comunidades. E em seguida fizemos uma apresentação das políticas e ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social em benefício dessas comunidades, e em seguida, a terceira parte do relatório trata mais detalhadamente das ações de proteção assistencial básica da assistência social para as comunidades quilombolas. A quarta parte traz um elenco de questões, problemas e temas que foram levantados nos debates públicos que o GT realizou sobre a ação da assistência social

junto a essas comunidades. E a quinta parte traz as recomendações do GT. Na primeira parte, na introdução. Só queria lembrar rapidamente que as comunidades remanescentes de quilombos vem sendo desde 2003, 2004, objeto cada vez mais presentes de políticas públicas no Brasil. Em 2003 tivemos, o Governo Federal criou a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, a SEPIR, que tem como atribuição não só ações de combate racial, mas também ações de promoção das comunidades negras no Brasil, e nesse sentido começou a desenvolver, em conjunto de outros Ministérios, um conjunto de ações em favor dessas comunidades, como vocês vão encontrar na apresentação na página seis. Queria chamar a atenção em especial para o fato de que a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS também entrou nesse esforço, tem desenvolvido ações como vamos ver, e este Conselho também começou a participar desse esforço e desse diálogo com o objetivo de promoção das condições de vida dessas populações. A V Conferência Nacional de Assistência Social, sob orientação deste Conselho, desenvolveu uma oficina que se chamou organização da proteção social básica, comunidades indígenas e quilombolas. Creio que é importante o relato dessa oficina, quando for apresentado, também circular acompanhando este relatório. E depois o CNAS criou então este GT que realizou reuniões internas e duas reuniões externas que contaram com a participação de um conjunto grande de atores sociais que não vou deixar de relatar aqui para os senhores, mas que pode ser encontrado na página quarenta do relatório. Tivemos aqui conosco o Ministério Público Federal, a própria SEPIR, o Ministério do Desenvolvimento Social, tanto com representantes técnicos da Secretaria Nacional de Assistência Social, como com o coordenador e técnicos da Secretaria de Parcerias do Ministério que tem aquele Núcleo de Comunidades Tradicionais, que a Elisa está aqui conosco hoje também acompanhando a apresentação do relatório. E tivemos vários representantes do Movimento Negro, representantes do Movimento Negro Unificado, da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro Brasileiros. Tivemos aqui conosco representantes da Coordenação Nacional dos Quilombos, de Coordenações Estaduais de Quilombos, da Associação Brasileira de Antropologia, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, e vocês vão encontrar a lista completa nas páginas 40/41 do relatório. Essas reuniões públicas foram realizadas duas reuniões públicas no GT no que diz respeito ao debate com comunidades remanescentes de quilombos, e mais duas reuniões públicas com outros participantes, para as comunidades indígenas. Buscamos dialogar, não só com órgãos governamentais, mas com entidades nacionais das comunidades quilombolas, com pesquisadores, com o movimento negro, com entidades de organização de defesa de direitos. Passando essa sessão da introdução, apresentamos a vocês, na página sete, um debate sobre a definição e as características das comunidades remanescentes de quilombos. Vou passar rapidamente por essa parte. O que queria chamar a atenção aqui, é que realmente fizemos um debate do que são comunidades remanescentes de

quilombos e tentamos levantar as ações públicas levantadas para elas. Apenas em 2003 constituiu-se um certo consenso nacional do que sejam comunidades remanescentes de quilombos. De um modo geral elas eram consideradas como sendo aquelas comunidades formadas por escravos que fugiam das fazendas e se instalavam em regiões de difícil acesso no País. Hoje em dia já se considera, já se usa um conceito, uma definição bastante mais abrangente de comunidades remanescentes de quilombos, considerando que mesmo após o período da escravidão, comunidades negras se constituíram no interior do País, em situações de isolamento, buscando alternativas de vida específicas para essas comunidades, seja com a falta de oportunidade com a qual se deparava após a situação de escravidão e seja pela situação de discriminações e de animosidades que encontravam. Então esse conjunto de comunidades negras, em situações de isolamento, com identidade étnica definida, com uma sociabilidade comum, são consideradas comunidades remanescentes de quilombos. Essa ampliação da definição e a situação de isolamento dessas comunidades faz com que até hoje não saibamos exatamente quantas são ou aonde estão. Hoje no Brasil três órgãos públicos mantêm listas sobre as comunidades de quilombos. A Fundação Palmares já certificou 743 comunidades remanescentes de quilombos. O MDA, a quem cabe a identificação, a demarcação e a titulação das terras quilombolas, já identificou 1300 comunidades. E a SEPIR dialogando com as comunidades negras, já identificou 2450 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, estimado em dois milhões de pessoas. São comunidades rurais, são comunidades isoladas, em sua maioria dentro de Município de pequeno porte, espalhado por todo Brasil. Depois vocês vão encontrar as ações da SEPIR e do programa Brasil Quilombola, mas vou deixar isso para a leitura dos senhores do relatório. A segunda parte do relatório visa apresentar as políticas que o Ministério do Desenvolvimento Social desenvolve para essas comunidades após 2003. No que diz respeito e estiveram presentes aqui conosco técnicos de todas essas Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social, mas de público gostaria de agradecer ao Ministério pela prontidão, pela participação que teve aqui conosco no GT, não só pessoalmente como nas demandas de informação que fizemos. Na segurança alimentar relatamos as ações emergenciais, que são basicamente distribuição de cestas de alimentos. Os senhores vão ver que em 2003/2004 há um crescimento significativo das cestas de alimentos distribuídas em comunidades quilombolas no Brasil, chegando em 2005 a 260.000 cestas de alimentos. As ações estruturantes do Ministério do Desenvolvimento Social, que são basicamente duas, sendo que uma se desenvolveu a partir de 2003, sendo desenvolvida até hoje, e visa apoiar cento e cinquenta comunidades, quinze mil famílias em vários Estados da Federação, fornecendo equipamentos para casa de farinha, desenvolvimento de artesanato, implementos agrícolas, irrigação e pesca. Em 2005 foi instalado também um amplo projeto de desenvolvimento sustentado para as comunidades remanescentes de quilombos em torno de Alcântara. Também descrevemos aqui, vocês vão encontrar na página onze.



Os demais programas da segurança alimentar, quais sejam, Programa de Aquisição de Alimentos, Compra de Produtos de Agricultores Familiares, Programa de Leite e Programa de Cisternas, sabemos que eles também atingem comunidades quilombolas, mas não temos dados que permitam identificar quais ou quantas comunidades estão sendo beneficiadas. No que diz respeito a política de transferência condicionada de renda, ou seja, Bolsa Família, não temos comunidades remanescentes de quilombos recebendo esse benefício, mas estamos num amplo processo de cadastramento de famílias em sete Estados, para que essas famílias possam ter acesso a este benefício. Neste momento estão sendo cadastradas vinte mil famílias, duzentos e setenta e quatro comunidades nos Estados da Bahia, Pará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No que diz respeito a Secretaria de Articulação Institucional e Parceria do Ministério, há também um amplo conjunto de ações sendo desenvolvidas, os senhores vão encontrar nas páginas 12 e 13 e destacaria a participação no Programa Brasil Quilombola, que é o programa central do Governo Federal em favor dessas comunidades. No âmbito da assistência social, também não temos dados que permitam identificar a população quilombola beneficiada, em que pese sabermos que o BPC, o PETI, o Agente Jovem e o Programa de Combate a Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, podem ou devem estar sendo, estar beneficiando algumas famílias nessas comunidades. Na terceira parte desse relatório entramos mais diretamente na proteção social básica, que é o objeto mesmo de construção, o objeto de análise no GT. Apresentamos aqui, a título mesmo de esclarecimento do público que vai ter acesso ao relatório, apresentamos o que é proteção social básica, o que são os CRAS, como se organizam, a quem vão atender, creio que não há necessidade de fazermos esse relato aqui. Em seguida, na página 16, vamos nos concentrar realmente naquilo que é o objeto mais específico do GT, que são as ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelos Municípios, especificamente para essas comunidades. Essa ação se refere a um financiamento que passou a desenvolver a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social em 2004, beneficiando Municípios que se propusessem a realizar a um atendimento prioritário a comunidades remanescentes de quilombos através do PAIF. Vários Municípios enviaram projetos ao Ministério, trinta e oito Municípios tiveram seus projetos aprovados e assinaram convênios com o Ministério. Passaram a receber recursos, como os senhores podem ver na tabela um, na página 17, onde temos a lista dos Municípios beneficiados, a quantidade de CRAS, os recursos recebidos para a promoção do Programa de Atendimento Integral a Família para as comunidades quilombolas prioritariamente, e os recursos recebidos mês a mês. Não tivemos informações sobre a prestação de contas apresentadas por esses Municípios desses recursos. É uma coisa que ainda faremos um esforço para ter essas prestações de contas até a apresentação do relatório final, mas sabemos que a partir de 2005 esses Municípios continuaram recebendo recursos, não mais na forma de convênios, mas na forma de repasses diretos, via piso básico fixo da proteção

social. Ou seja, a partir de 2005 esses serviços, o PAIF passou a ser considerado serviço de caráter continuado e os recursos referentes a esses serviços passaram a ser enviados mediante repasse fundo a fundo para esses Municípios. Então esses trinta e oito Municípios, como vocês podem ver na tabela dois, continuaram recebendo recursos durante os anos de 2005 e 2006 para atendimento prioritário as comunidades remanescentes de quilombos. Esses Municípios, a partir de 2005, não deveriam mais enviar prestação de contas específicas ao Ministério, mas sim prestar contas através do novo instrumento instituído pela portaria 459 que já esteve em discussão aqui neste Conselho. Também estamos ainda fazendo gestões para identificar a prestação de contas desses Municípios, em que pese sabermos que como recebendo esses recursos através de pisos, a prestação de contas será bastante mais genérica. Por fim, relatamos, na página vinte, a portaria 137, que está atualmente sendo operada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. A importância dessa portaria é que ela é uma nova ação que foi lançada pela Secretaria de Desenvolvimento Social em abril de 2006, abrindo financiamento para que os Municípios apresentem projetos para o atendimento de comunidades remanescentes de quilombos. O Ministério disponibilizou recursos da ordem de quatro milhões de reais para construção e reforma de CRAS, aquisição de veículos, mobiliários e equipamentos para CRAS atenderem não mais prioritariamente, mas especificamente comunidades quilombolas. O Ministério recebeu um conjunto de projetos, esses projetos ainda não estão disponíveis, mas serão disponibilizados no *site* do MDS a partir de julho e poderão ser acompanhados. Cabe ainda relatar a situação apresentada na tabela três, que se refere aqueles Municípios que recebem recursos fundo a fundo para a proteção social básica deste Fundo Nacional de Assistência Social e que já foram identificados como tendo em seu território comunidades remanescentes de quilombos. Então temos um total de duzentos e cinquenta Municípios que hoje tem registradas comunidades reconhecidas pelo Governo Federal em seu território e esses duzentos e cinquenta Municípios operam 467 CRAS. Esses 467 CRAS, em que pese não ter havido da parte desses Municípios um compromisso de atendimento a população quilombola, esses 467 CRAS deveriam também estar prestando serviços para essas comunidades, e também devem ser atendidos como orientação do Ministério do Desenvolvimento Social e estar participando deste diálogo que o Conselho Nacional está promovendo com o Ministério, com as comunidades e com os Municípios que prestem esse atendimento. no item quatro, na página vinte e um, o GT apresenta as principais questões surgidas nos debates públicos que o GT realizou aqui no CNAS. Os temas mais debatidos, em torno dos quais se organiza esse relatório foram: primeiro a instalação e atuação dos CRAS; segundo a questão da participação social; e terceiro, a questão da integração com as demais políticas sociais. Quanto a o primeiro tema, instalação e atuação do Programa de Assistência Integral as Famílias e instalação e atuação dos CRAS, outros temas foram destacados e considerados pelo GT como estratégicos para uma reflexão e que vão ancorar sugestões que o GT depois fará. O primeiro

tema é o que se refere exatamente a dificuldade de mapear essas comunidades e a inexistência de uma lista oficial do Governo Federal, que identifique as comunidades reconhecidas, ou registradas, ou identificadas no território nacional. A inexistência dessa lista cria dificuldades, tanto para o MDS, no sentido de que torna difícil o processo de tomada de decisão, como dificulta o processo de democratização da informação para esses Municípios e dificulta o próprio do exercício social. Para vocês terem uma idéia, nas reuniões públicas realizadas pelo GT, cinco Municípios de Sergipe que receberam recursos para a promoção do PAIF para comunidades quilombolas não foram identificados pelos órgãos que atuam naquele Estado como tendo população quilombola em seu território. Então essa é uma questão realmente difícil, dificulta o trabalho, tanto do controle social, como da tomada de decisão e faremos algumas sugestões nesse sentido. São três órgãos que reconhecem a existência de comunidades quilombolas, como eu disse no início. O primeiro é a Fundação Palmares, que é responsável por oferecer um certificado de reconhecimento de assistência da comunidade. E a Fundação Palmares certificou até hoje 724 comunidades. O INCRA, que é responsável pela demarcação e a lista dele consta de mais de mil comunidades, está na página oito. O INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário já identificaram hoje mil e trezentas comunidades que de alguma forma estão envolvidas em algum projeto de demarcação e titulação de terras. E a SEPIR já registra a existência de duas mil e quatrocentos e cinquenta comunidades. Então temos três listas, operados por três distintos órgãos públicos, e quando o Ministério recebe pedidos de recursos ou de informações sobre Municípios que queiram desenvolver trabalho junto a essas comunidades, tem que recorrer a essas três listas, que se referem a registros distintos de existência de comunidades. É um problema que identificamos, é um problema bastante grande. Talvez pudéssemos deixar essas questões para debate. Então essa foi a primeira questão que levantamos. A segunda questão que levantamos, ainda nesse item, instalação e atuação do PAIF e do CRAS, se refere a circulação de informações dos serviços para as comunidades para as quais se dirigem esses serviços. As comunidades não tem, em sua maioria, não tem tido informações, claro que há comunidades e tem Municípios que tem feito um trabalho comum, mas de forma geral as comunidades tem tido pouca informação sobre a existência desse serviço, sobre a existência desse equipamento, seja para atendimento prioritário dessas comunidades ou seja para um atendimento conjunto. Foi muito discutida a questão da localização dos CRAS. A localização dos CRAS é uma questão importante porque é a principal variável para favorecer o acesso dessas populações a esses serviços ofertados. E foram identificadas as dificuldades nas duas opções que tem sido majoritariamente tomadas. Primeiro a opção de instalar esses CRAS em núcleos urbanos. As comunidades quilombolas expressaram a dificuldade que tem, dessas populações de frequentarem os núcleos urbanos, de se deslocarem até lá. Elas estão geralmente em situação de isolamento, o transporte é caro, ele não é autônomo por parte dessas comunidades, e o custo do deslocamento

impede o acesso dessas comunidades a esse serviço. A outra opção tem sido a instalação de CRAS em terras quilombolas. Também foi bastante questionado, houve um amplo debate nesse sentido, com a participação muito expressiva dos antropólogos que estavam aqui presente, também achando que essa era uma opção que deveria ser tomada com bastante cuidado. Foram apresentadas varias alternativas, entre elas a identificação de locais aonde essa população tem o costume de ir, o deslocamento das equipes e a utilização de outras instalações para a oferta desse serviço dentro das comunidades, sejam instalações próprias das comunidades, como escolas, ou o Centro de Referência Quilombolas que a SEPIR começa a instalar nessas comunidades para serem centros de referência, determinados territórios e serviços. Essas alternativas são grandes e devem ser objetos de uma reflexão mais cuidadosa por parte do Município e do Ministério. O quarto tema considerado estratégico e que foi também bastante discutido nas nossas reuniões, é a necessidade de uma abordagem territorial diferenciada para o atendimento dessa população, demonstramos aqui na página 23. O que constatamos é que algumas dessas comunidades estão em território que abarcam mais de um Município. E nesses casos uma abordagem Municipal, as vezes adequada, pois é difícil prever oferta de serviços por mais de um gestor para uma mesma comunidade. Isso foi bastante discutido e uma das opções levantadas foi que na medida em que são comunidades com raízes históricas muito grandes e longínquas no tempo, elas sabem a qual Município tem o hábito de ir, a qual sede urbana, em função de facilidade de transporte ou de vínculos históricos ou sociais junto com suas atividades econômicas. Uma sugestão é que nesses casos a comunidade seja consultada e que esse Município ao qual a comunidade fique ligada, o Ministério desenvolva algum tipo de apoio, algum instrumento de compensação financeira para que essa oferta possa ser feita, mesmo para populações que não são registradas como sendo na sua base territorial. O quinto ponto que foi bastante discutido, agora especificamente sobre a atuação do PAIF e não mais sobre a instalação, foi a questão do debate do que é vulnerabilidade dessa população. Vejam só, como trabalhamos na política e na NOB, não com o conceito de vulnerabilidade, estamos falando de proteção social básica, e a proteção social básica se refere justamente a prevenir situações de risco para populações que estão em situação de vulnerabilidade. Ora, o que é vulnerabilidade para comunidades tradicionais? A vulnerabilidade parara populações urbanas, metropolitanas instaladas em periferias de cidades ou a vulnerabilidade indicada pelo índice de vulnerabilidade que a NOB determina e que também podemos discutir aqui, não da conta do que são questões de vulnerabilidade em comunidades tradicionais que tem como base parentesco, práticas culturais extremamente antigas, processos de produção enormemente cooperativos. O que significaria então fortalecimento de vínculos comunitários e familiares ou oferta de serviços de proteção básica para essas comunidades? Esse foi um tema bastante discutido também por nós e as conclusões não foram muitas, exceto a de que é necessário avançar nesse debate e fazer um grupo de trabalho que possa

realmente orientar o trabalho das Prefeituras e a oferta de serviços adequados a essas comunidades. Podemos ser ainda mais graves, como vamos ver no relatório das comunidades indígenas. Um sexto tema, que também foi bastante discutido no GT, diz respeito a necessidade de aprofundar a orientação técnica dos serviços voltados a essas comunidades. Não é preciso justificar, o próprio debate de vulnerabilidade em comunidades tradicionais já mostra essa necessidade, e queria chamar a atenção para o fato da importância deste Conselho e do Ministério do Desenvolvimento Social nesse trabalho de orientação técnica. A proteção social básica é responsabilidade do Município, o planejamento de suas ações, determinar sua linha de trabalho, constituir a rede de proteção social, mas no caso das comunidades tradicionais o GT compreende que a integração entre as duas esferas de Governo, a Municipal e a Federal, é absolutamente imprescindível para que esse trabalho possa ser feito de forma mais eficiente, de forma mais eficaz, de forma mais a beneficiar essas comunidades de fato. O sétimo ponto, também bastante destacado, foi o da necessidade de capacitação das equipes. Quanto a capacitação das equipes que operam os CRAS nessas comunidades, nos debruçamos especialmente sobre a necessidade de presença dos profissionais com formação em antropologia. Nos debruçamos sobre as situações possíveis de discriminação racial no atendimento dos CRAS e isso deve ser objeto de uma capacitação específica dessas equipes. E nos debruçamos ainda sobre a necessidade da NOB de RH ter um capítulo, se debruçar sobre a formação de equipes para trabalhar com comunidades tradicionais. O que discutimos bastante, é que de fato a situação de vulnerabilidade implica num conjunto amplo e integrado de vulnerabilidade. Ora, se tivermos uma equipe de CRAS atuante, se tivermos oferta desse serviço e esse equipamento próximo dessa comunidade, não vai ser apresentado a essa equipe apenas as demandas específicas de assistência social. E cabe ainda perguntar o que seriam demandas específicas de assistência social em uma situação de olhar e de atender a situação de vulnerabilidade. Então o que nos preocupou aqui nesse ponto, foi que um conjunto de demandas será apresentado e a necessidade de esforço, de dar respostas a essa carência, de integrar diversas políticas públicas, de forma a atender as situações dessas comunidades, devem ser particularmente intensas quando estamos falando de comunidades tradicionais. Quer dizer, a necessidade de integração das políticas sociais, especialmente é fundamental para um bom atendimento dessas comunidades. Então para isso a questão do monitoramento das demandas, do monitoramento das reivindicações e do monitoramento da integração das diversas políticas públicas se revelou para nós como uma questão estratégica de fundamental importância. O último ponto, discutimos bastante no GT no que diz respeito a instalação dos CRAS e PAIFS, foi a necessidade de conclusão do processo de avaliação das ações desenvolvidas por aqueles trinta e oito Municípios que receberam recursos do MDS para atendimento prioritário as comunidades quilombolas. Os dois outros temas que receberam atenção grande do GT, foram participação social e a integração das demais políticas

sociais. A participação social, vocês podem ver na página 26, duas questões básicas foram debatidas sobre esse tema. Primeiro a necessidade de ampliação de informações a essas comunidades, e a necessidade de inclusão dessas comunidades nos processos deliberativos e nos processos de discussão dessas políticas. Foi bastante ressaltado as dificuldades que os representantes dessas comunidades tem tido em participar de Conselhos Municipais de políticas sociais. Foram feitos esforços em vários desses Municípios, de que essas comunidades participassem de Conselhos Municipais de Educação, de Conselhos Municipais de Saúde. As dificuldades foram grandes e precisam de estímulos específicos para que possamos garantir a assistência social essa presença. Por último o tema da integração com as demais políticas sociais. Esse talvez tenha sido o tema de mais intenso debate e o tema considerado mais estratégico pelos representantes das comunidades quilombolas que estiveram aqui conosco, atendendo ao convite do GT. Esses representantes consideram que essa é a demanda principal no que diz respeito a políticas sociais, tendo de um lado a questão da regulamentação da terra, e de outro a política de desenvolvimento sustentável. Essas comunidades recusam uma política de gestão da pobreza, não se colocam como uma população indigente, se colocam como uma população que tem carências, mas que tem sabido sobreviver com as estratégias sociais e com os recursos naturais que estão a sua disposição. Querem apoio para desenvolver suas potencialidades. Querem apoio para melhorar sua qualidade de vida, mas principalmente para encontrar uma inserção produtiva e um desenvolvimento sustentável mais fortalecido. Elas esperam uma ação conjunta das comunidades com os órgãos públicos, incluindo aí as ações sob responsabilidade do MDS. Então nesse sentido a integração das ações parece como uma estratégia fundamental, como já foi dito antes, para que a política de assistência social possa contribuir efetivamente ao bem estar dessas comunidades. Por fim o GT apresenta, a título de recomendações, que creio que devemos ler, acho que não cabe resumo. Gostaria de ler JP? As recomendações estão a partir da página 28 do nosso relatório. Recomendações. Fortalecimento das ações. Entre as medidas propostas, sugere-se: 1) Fortalecimento do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais Específicos do MDS, responsável pelo planejamento, acompanhamento e supervisão das ações voltadas às comunidades indígenas e quilombolas, e sua institucionalização, via criação de uma coordenação geral dotada de autonomia face às Secretarias do Ministério. 2) Criação, em nível do MDS, de um comitê de caráter consultivo, voltado ao acompanhamento das políticas sociais dirigidas à comunidades indígenas e quilombolas sob responsabilidade deste Ministério, composto por representantes de gestores e representantes das comunidades. 3) Fortalecimento das atividades de articulação, integração e desenvolvimento de estratégia conjunta entre as ações de Assistência Social e as ações desenvolvidas por diversas instituições e órgãos de Governo que atuam junto às comunidades remanescentes de quilombos, incluindo instrumentos e sistemática de gerenciamento das ações. 4) Solicitação a SEPPIR de divulgação anual de

informações sobre as ações desenvolvidas por diversas instituições e órgãos de Governo que atuam junto às comunidades remanescentes de quilombos. 5) Solicitação a SEPPIR de elaboração de uma lista oficial dos Municípios reconhecidos como tendo, em seu território, uma comunidade remanescente de quilombos. Esta lista consolidaria as atualmente existentes em órgãos governamentais sobre comunidades remanescentes de quilombos certificadas, reconhecidas ou identificadas. Apenas os Municípios integrantes desta lista serão passíveis de recebimento de recursos do MDS para fins de desenvolvimento de ações junto a estas comunidades. Recomendações referentes ao PAIF e ao CRAS. A questão da instalação e operação de CRAS assim como de implementação de PAIF e de demais serviços de proteção social básica junto à população quilombola deve continuar a ser objeto de debates, com esforços dirigidos, em especial, ao aprofundamento do conceito de vulnerabilidade social para comunidades remanescentes de quilombos e da melhor definição dos serviços que devem ser ofertados a esta população. Sugere-se, neste sentido: 1) Elaboração de um relatório de resultados sobre as ações desenvolvidas desde 2004 junto à população quilombola pelos Municípios que receberam co-financiamento para o PAIF para atendimento prioritário às comunidades remanescentes de quilombos. 2) Formação de um GT no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, com a presença de especialistas e representantes das comunidades remanescentes de quilombos, visando à discussão e planejamento da política de proteção social básica voltada a estas comunidades. O GT tratará, em especial, do conceito de vulnerabilidade social nestas comunidades, do papel do PAIF e do processo instalação dos CRAS, assim como da integração destas ações a um projeto de desenvolvimento sustentável. 3) Elaboração de um guia da proteção básica para trabalho com comunidades remanescentes de quilombos. 4) Aprimoramento dos instrumentos e do processo de reconhecimento dos Municípios que declaram ter em seu território comunidades remanescentes de quilombos. 5) Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, acompanhamento físico e financeiro, prestação de contas e avaliação das ações e serviços de proteção social básica voltada às comunidades remanescentes de quilombos. 6) Apresentação anual, pela Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, de relatório especial ao CNAS sobre o atendimento à população quilombola pela proteção social básica da Assistência Social. Territorialidade. A formulação de um Plano Nacional de Assistência Social as comunidades remanescentes de quilombos deve incluir novas propostas de abordagem territorial para a ação junto a estas comunidades, de forma a: 1) Reconhecer que a distribuição demográfica tradicional destas comunidades não coincide necessariamente com os limites de Estados e Municípios onde estão localizadas as terras quilombolas. 2) Elaborar alternativas à abordagem Municipal, visando evitar a fragmentação do atendimento de uma mesma comunidade ou o fortalecimento de disputas entre comunidades. 3) Indicar formas de consulta a comunidade sobre o Município ao qual ela prefere estar vinculada no caso de comunidades cujo território se estenda por

mais de um Município, assim como preveja formas de estímulo financeiro aos Municípios para a realização deste atendimento, quando necessário. 4) Instalar instâncias de articulação e coordenação entre as esferas Governamentais Federais, Estaduais e Municipais que atuam em benefício das comunidades remanescentes de quilombos, por região ou grupo de localidades, incluindo nelas a representação desta população. Capacitação das equipes. É premente a instituição de uma política de formação e capacitação das equipes que atuarão junto às comunidades remanescentes de quilombos. Neste sentido, sugere-se que: 1) A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social, NOB – RH, prevista pela Política Nacional de Assistência Social e em discussão este ano pelo Conselho Nacional de Assistência Social, deverá contemplar o tema da formação e capacitação das equipes envolvidas no trabalho com comunidades remanescentes de quilombos. 2) Instituir uma política federal de financiamento para os Municípios que necessitem contratar uma assessoria especializada para desenvolver seu trabalho com comunidades remanescentes de quilombos, seja de um profissional com formação em antropologia, seja de uma orientação institucional qualificada na mesma área. 3) Instituir um encontro anual, de caráter nacional, dos gestores Municipais e Estaduais de Assistência Social e/ou coordenadores de CRAS que atuam junto a comunidades remanescentes de quilombos visando a troca de experiências e a qualificação do trabalho realizado. Participação social. A participação das comunidades quilombolas no processo decisório de instalação dos CRAS, de planejamento e avaliação das suas ações é um aspecto central no esforço de integração desta população aos serviços da política de assistência social para fazer avançar este processo, sugere-se: 1) Ampliação de mecanismos de informação às comunidades para que elas possam acompanhar objetivamente sobre a instalação dos CRAS e de toda a ação pública ali desenvolvida. 2) Garantir a participação dos representantes das comunidades remanescentes de quilombos no processo de elaboração de editais relacionados ao financiamento de políticas públicas no benefício destas comunidades. 3) Criação de comitês de acompanhamento dos CRAS, visando fomentar a participação das comunidades remanescentes de quilombos no processo de planejamento e acompanhamento das suas ações. 4) Garantir a participação de um representante das comunidades remanescentes de quilombos nos Conselhos Municipais de Assistência Social onde esta população esteja presente. Nesse sentido, no item quatro, o que o GT vai propor é que o Conselho Nacional de Assistência Social faça uma resolução decidindo ou orientando os Conselhos Municipais de Assistência Social a garantirem uma vaga, aos Conselhos Municipais de Assistência Social nos Municípios onde existem essas comunidades, que seja garantido nesses Conselhos uma vaga para os representantes dessas comunidades. Item seis. Demais políticas públicas. O GT propõe: 1) Formação de um GT para elaboração de um plano de fortalecimento dos programas de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, e em especial, do programa Geração Quilombola. 2) Elaboração de um plano de safra para comunidades remanescentes de quilombos. 3) Conclusão do



processo de cadastramento das comunidades remanescentes de quilombos para fins de recebimento do programa Bolsa Família. 4) Fortalecimento do processo de demarcação de terras de comunidades remanescentes de quilombos. Por último os encaminhamentos que o GT propõe: Que este relatório seja encaminhado a CIT para pactuação, indicando inclusive as medidas para a conclusão do processo de prestação de contas de 2004 dos Municípios co-financiados com o PAIF para atendimento prioritário às comunidades quilombolas. 2) Que o relatório seja enviado a gestores Municipais de Assistência Social cujos Municípios figurem nas listas da SEPPIR, MDA/INCRA e Fundação Palmares como tendo presença de comunidades quilombola. 3) Que seja enviado aos Conselhos Municipais da Assistência Social cujos Municípios figurem nas listas da SEPPIR, MDA/INCRA e Fundação Palmares como tendo presença de comunidade quilombola. 4) Seja enviado as entidades representativas das comunidades remanescentes de quilombos, em especial a CONAQ nacional e suas representações Estaduais. 5) Que seja enviado a entidades representativas do movimento negro. 6) Que seja enviado a entidades da sociedade civil que participaram das reuniões promovidas pelo GT/CNAS. 7) Que seja enviado aos seguintes Ministérios e órgãos públicos: MDS, SEPPIR, Fundação Palmares, MDA, INCRA e Ministério Público. 8) Que seja enviado aos seguintes Conselhos Nacionais: CONSEA, CNS, CNE, CNCD, CNPIR, CONANDA, e Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Este é o primeiro relatório do GT de comunidades indígenas e quilombolas”. Após o encerramento do relato, o Conselheiro João Paulo Ribeiro, de público, fez menção elogiosa a Conselheira Luciana pela iniciativa. Também disse que no encontro de coordenadores nacionais de CRAS presenciaram, por iniciativa do MDS, uma oficina, colocada com prioridade pela Luciana. Já a Conselheira Natália afirmou que a iniciativa do tema no Conselho Nacional foi realmente do Conselheiro João Paulo, o qual, por ocasião da organização da V Conferência pediu para se instalar uma oficina específica sobre o tema. Informou que o relatório das comunidades indígenas será enviado a todos os Conselheiros, esperando que além do debate, os Conselheiros pudessem enviar suas sugestões para o relatório. Finalizando, o Conselheiro João Paulo ainda agradeceu aos Conselheiros Elias, Carlos Ajuri e Padre Pessinatti, os quais passaram pelo GR com saudações aos convidados. Em seguida o Presidente agradeceu ao Conselheiro João Paulo e a Conselheira Luciana, abrindo para o debate. A palavra então foi passada ao Conselheiro Aguilera, que elogiou o relatório, achando-o denso e interessante. A Conselheira Tânia Mara também elogiou o trabalho do GT e indagou se o grupo teve algum contato com a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que é secretariada pelo MDS. Como não houve e como parece que é um comitê interministerial que trata também desse assunto das comunidades tradicionais, portanto a pauta das comunidades quilombolas também está lá, sugeriu encaminhar para essa comissão o relatório final do GT. Após também fazer menção elogiosa ao trabalho do GT, a Conselheira Natália informou que o Ministério da Educação tem a

Secretaria de Educação que cuida da diversidade, onde há uma coordenação de diversidade e uma coordenação de educação indígena. Nesse sentido, pediu licença para estar encaminhando a versão final também para essas duas coordenações, que tem ações muito específicas e muito elogiadas, no que se refere a comunidades tradicionais. O Conselheiro Padre Nivaldo elogiou os aspectos quantitativos e qualitativos do relatório, indagando se não seria o caso de citar ou pesquisar outros parceiros e não ficar restrito a instâncias governamentais, mencionando a existência de tantas iniciativas de comunidades e de organizações de antes, que estão fazendo há décadas trabalhos de recuperação, por exemplo, da memória, da recuperação da cultura, da valorização da cultura, e que poderia parcerias. O Conselheiro Aguilera, se dizendo orgulhoso pelo enfrentamento da questão proposta pelo GT, sugeriu que o Conselho tomasse uma atitude política de apresentasse o resultado de referido trabalho em forma de um seminário nacional da conclusão deste Colegiado, envolvendo todos os interessados nessa questão que estão aqui nominados. O Conselheiro ainda pontuou outros tópicos, colocando por último a questão dos imigrantes, os quais também vivem em situação de alta exclusão no País. A Conselheira Márcia também teceu elogios ao trabalho do GT, afirmando que iria fazer uma leitura mais profunda do relatório para poder estar apresentando suas contribuições. O Presidente Silvio Iung então agradeceu as contribuições e pediu que, a exemplo da Conselheira Márcia, os demais Conselheiros fizessem uma leitura do relatório, a fim de que oferecessem efetivamente outras impressões, agendando para o dia 06 a data limite para o envio das contribuições. Em seguida o Presidente submeteu a apreciação do Conselho a questão de estender ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde o envio, também, por parte desses Conselhos, de contribuições ao Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito da Criança e Adolescente a Convivência Familiar e Comunitária, sendo aprovado o encaminhamento por todos. Dando por encerrados os trabalhos no período da manhã do dia vinte e nove de junho de dois mil e seis. Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Presidente fez um breve esclarecimento aos novos Conselheiros sobre o procedimento de julgamento dos processos. No entanto, retornou a questão da constituição da Comissão de Ética, sendo que a bancada de Governo indicou para compor a comissão o Conselheiro Marcelo Garcia, a Conselheira Márcia e a Conselheira Natalia. O segmento da Sociedade Civil até aquele momento não tinha definição da sua indicação, restando para indicação e comunicação posteriores. Após conferência do quorum, o senhor Presidente deu início ao julgamento de processos, indagando acerca de retirada de pauta. A Conselheira Vânia Lúcia Leite, relatando os processos do Conselheiro Ademar Marques, solicitou retirada de pauta dos seguintes processos: Serviço Social da Indústria e da Construção do Mobiliário do Estado de São Paulo, número oito da planilha. O Conselheiro Antônio Brito solicitou retirada de pauta dos seguintes processos: Irmandade do Nosso Senhor dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, Cruzada de Ação Social e Associação Novo Hamburgo de Ensino.

Em seguida, foram registrados os votos do Conselheiro Carlos Rogério, os quais estavam com o Conselheiro Antonino Ferreira, que retirou da pauta o nº 01, Associação Educativa Cultural e Assistencial de Nossa Senhora das Dores; Sociedade Israelita de Ensino e Cultura; Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria; e Sociedade Educacional de São Paulo Apóstolo. O Conselheiro Euclides da Silva Machado, quando titular, havia pedido vistas dos processos da Irmandade de São José de Novo Horizonte Santa Casa de Misericórdia e da Fundação do Desenvolvimento Hospitalar, que agora estavam na planilha do Conselheiro Marcio José Ferreira, novo titular, que para contribuir, pediu vistas dos referidos processos. Por estar ausente e não ter deixado os processos com outro Conselheiro, todos os processos da Conselheira Janaina foram retirados de pauta. O Conselheiro Waldecy Francisco retirou o nº 03 da pauta de agosto de 2005 e o nº 02 da pauta de 2006. A Conselheira Márcia Maria Biondi não solicitou retirada de pauta. O Conselheiro Marcio José Ferreira retirou de pauta o Seminário Diocesano de São Jose do Rio de Janeiro e a Fundação Abílio Alves Marques. O senhor Antonio Luiz Paranho de Brito sugeriu que como haviam muitos casos com retirada de pauta por três vezes, que se mantivesse a retirada no conhecimento do processo, com a obrigação de trazer na próxima reunião. Que se abrisse um novo prazo regimental para os processos que foram recebidos somente na transição. Após colocar para apreciação do Conselho, a sugestão foi acatada. A Conselheira Maria Andrade retirou todos os processos de pauta, os ordinários, remanescentes e os pedidos de vista. O senhor Marcelo da Silva pediu vistas da Associação Educacional São Carlos por ter baixado em diligência. O Conselheiro Misael Lima Barreto, por intermédio do Conselheiro Euclides da Silva Machado, retirou de pauta Fundação de Rotarianos de São Paulo. O senhor Euclides da Silva deixou registrado que estava devolvendo o processo com o pedido de diligência junto com o Serviço de Análise, processo Fundação de Rotarianos de São Paulo e Congregação Redentorista do Norte, com pedido de retirada de pauta. Na sua vez o Conselheiro Nivaldo Pessinatti retirou o Centro de Assessoria de Apoio aos Trabalhadores em Instituições Não Governamentais Alternativas. O Conselheiro Ricardo Henriques, por meio da Conselheira Natália de Souza, retirou de pauta o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo. A Conselheira Márcia, portadora dos votos da Conselheira Simone, retirou de pauta a Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima de Caxias do Sul. A Conselheira Tânia retirou de pauta o Instituto de Promoção do Menor de Sumaré, o item um da pauta. Encerradas as retiradas de pauta, imediatamente o Presidente passou ao julgamento dos processos, iniciando pelo Conselheiro Ademar que deixou os votos com a Conselheira Vânia: **APAE de Santa Margarida, Santa Margarida/MG, reconsideração, deferimento. Sociedade Hospitalar São Francisco de Canindé, Canindé/CE, renovação, deferimento. Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB Nacional, Rio de Janeiro/RJ, renovação, deferimento. Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, Curitiba/PR,**

renovação, deferimento. **Sociedade Hospitalar Nossa Senhora da Piedade, Nova Palma/RS, reconsideração, deferimento. Hospital Bom Jesus, Ponta Grossa/PR, renovação, deferimento. Centro Barbacense de Assistência Médica e Social, Barbacena/MG, renovação, deferimento. E tem outro, que é o Instituto Presbiteriano Gammon, Lavras/MG, foi encaminhado pela relatoria do Ademar, renovação, deferimento.** Após discussão, chamados nominalmente pela Secretária Executiva, votaram acompanhando o voto do relator. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Antonio Brito, que votou da seguinte forma: **APAE de Porto Alegre, Porto Alegre/RS, renovação, deferimento. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença, Valença/RJ, renovação, deferimento. Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Associação do Hospital de Caridade de Palmeira das Missões, Palmeira das Missões/RS, renovação, deferimento. Instituto Nossa Senhora do Carmo, Guaratinguetá/SP, renovação, deferimento. Hospital Espírita Euripedes Barsanulfo, Goiânia/GO, renovação, deferimento. Associação Pró-Matre, Rio de Janeiro/RJ, renovação, deferimento.** Colocados em discussão e em votação, foram aprovados por unanimidade dos votos acompanhando o voto do relator. Seguindo, assim foram os votos do Conselheiro Antonino Ferreira Neves: **Associação Beneficente Médica de Pajuçara-ABEMP, Maracanau/CE, renovação, deferimento. Congregação das Servas de Maria Reparadoras, Rio de Janeiro/RJ, renovação, deferimento.** Colocados em votação por chamada nominal, os conselheiros aprovaram por unanimidade os processos do Conselheiro relator. Na seqüência, assim foram os votos do Conselheiro Elias Sampaio: **Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão, São José dos Campos/SP, renovação, deferimento. Hospital Regional do Sul de Minas, Varginha/MG, reconsideração, renovação, deferimento. Fundação Casa do Pequeno Trabalhador, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Casa de Caridade Santa Rita, Barra do Pirai/RJ, renovação, deferimento. Associação de Ensino Social Profissionalizante, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Associação Evangélica de Ensino, Ivoti/RS, renovação, deferimento.** Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade dos votos. Em seguida o Conselheiro Elias proferiu voto em separado do processo da **Santa Casa de Misericórdia de Mococa, apresentando a seguinte fundamentação: “A nota técnica inicial havia sido pelo indeferimento em decorrência de ausência de notas explicativas. Então resolvi baixar o processo em diligência, a entidade apresentou as notas explicativas, solicitei a emissão de nota técnica complementar, sendo a nota técnica atual pelo deferimento, tendo o Conselheiro acompanhado o voto da nota técnica complementar”.** Colado em votação por chamada nominal, o voto do proferido pelo Conselheiro foi aprovado por unanimidade dos votos. O Conselheiro Elias Sampaio ainda apresentou em separado o voto do processo da **Fundação Universidade do Contestado – Campus Universitário da cidade de Caçador, com a**

seguinte fundamentação: É uma situação em que a entidade não tem registro. A nota técnica foi pelo deferimento, eu fui analisar o processo, constatei que havia um histórico, uma pesquisa do histórico e que em momento nenhum estava previsto que havia um recadastramento. O pedido de recadastramento dela foi intempestivo. O Conselho indeferiu, depois indeferiu o pedido de reconsideração no recurso ao Ministro da Previdência por parte da entidade. E aqui eu relaciono em síntese o resultado do recurso. Vou chamar a atenção só do item vinte e um. Conclui-se assim que a requerente não preencheu com o artigo 2º do inciso IV do decreto 752, assim como não observou os requisitos necessários para o recadastramento do seu registro. Desta maneira, o entendimento é de que o não recadastramento vai pela não renovação do certificado para fins filantrópicos. Ou seja, ela não é registrada. Interessante que o processo de 1997 já havia sido indeferido e não tem registro. Só não entendo por que? Só não entendo por que a nota técnica veio pelo deferimento, sendo que a entidade não é registrada neste Conselho. Aqui então eu relaciono o parecer 879 de 1999. Dei uma olhada na pesquisa, fui fazer, fui hoje de manhã olhar o processo de 1997, ele foi indeferido aqui, inclusive em grau de reconsideração por não ter registro. Ou seja, a entidade relacionou aos autos um registro sim, lá de mil e oitocentos e vovô pequeno, só que não houve o devido recadastramento. A seguir, já no item seis do meu voto, acerca da gratuidade praticada cabe salientar que no ano 2000 a entidade possuía 2127 alunos e concedeu 2194 bolsas. Já no ano de 2001 o número de alunos matriculados era de 2427 e se concedeu 2406 bolsas. E 3006 alunos e 2767 bolsas. Depois olho nos mapas das bolsas, elas são todas de trinta por cento. Ou seja, já há um grande indício de que essas bolsas na verdade são deduções para os alunos de forma linear, não havendo a verificação da situação sócio econômica. E o próprio parecer da consultoria jurídica que analisou o processo de 1995, já constatou isso também, ou seja, o que eles fizeram lá atrás, eu coloco aqui no item 12 do meu voto. Ainda sobre os vinte por cento, a recorrente alegou os abatimentos sobre o que deveria ser cobrado, ou seja, ela na verdade dá os abatimentos. Então já naquela época, no caso concreto, a consultoria jurídica do Ministério da Previdência entendeu que não se tratava de gratuidade. Como a situação da entidade não evoluiu, simplesmente continuou a aplicar o entendimento do parecer. O encaminhamento é que ela não preenche os requisitos de não possuir registro e de não aplicar os vinte por cento em gratuidade. Esse é o relatório Presidente. O meu voto é pelo indeferimento em decorrência de ela não preencher o requisito de não estar previamente registrada no CNAS, e por não aplicar em gratuidade pelo menos vinte por cento exigidos. Colocado em votação o referido processo, foi aprovado com duas abstenções, a saber: Conselheiro João Paulo Ribeiro e Conselheira Tânia Mara Eller. A palavra foi passada ao Conselheiro João Paulo, o qual inicialmente retirou de pauta o Instituto Filadélfia de Londrina e a Fundação de Assistência ao Menor – FAM de Poços de

Caldas, Fundação Universidade de Itauna, de Itauna/MG, que é o primeiro item. O item quatro, Sociedade Santos Mártir. O item cinco, Fundação de Educação e Cultura Espírita, Santa Catarina/PR. E a Sociedade de Educação e Cultura Porto Alegrense, Porto Alegre/RS, o item onze, já que quando das retiradas não estava presente a reunião. Seus votos ordinários foram os seguintes: **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Garça, Garça/SP, renovação, deferimento. Santa Casa de Misericórdia de Pereira Barreto, Pereira Barreto/SP, renovação, deferimento. Federação Israelita do Estado de São Paulo, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, São José do Rio Preto/SP, renovação, deferimento. Associação de São Vicente de Paulo de Fortaleza, Fortaleza/CE, renovação, deferimento.** Na pauta dos processos remanescentes de transição, o item dois, **Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória/ES, renovação, deferimento. Associação de Promoção Lopezy Vicuna, Teresópolis/RJ, correição, arquivar. Irmandade do Hospital de Caridade de Irati, Irati/PR, renovação, deferimento. Hospital São José da Sociedade de São Vicente de Paulo, Ituiutaba/MG, renovação, deferimento. Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa, Rio de Janeiro/RJ, renovação, deferimento, santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Cruz do Rio Pardo/SP, renovação, deferimento. Maternidade e Posto de Puericultura Dr. Eugenio Gomes de Carvalho, Pedro Leopoldo/MG, renovação, deferimento.** Colocados em votação, os processos do Conselheiro João Paulo Ribeiro foram aprovados por unanimidade. O Conselheiro Waldecy apresentou os votos do Conselheiro José Adelar Cuty, ausente: **Fundação Felipe Rosso, Belo Horizonte/MG, renovação, deferimento. Federação Espírita do Paraná, Curitiba/PR, renovação, deferimento. Sociedade de Assistência a Maternidade Escola Assis Chateaubriand, Fortaleza/CE, renovação, deferimento. Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de São Paulo e Brasil Meridional, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Instituto Leonardo Murialdo, Caxias do Sul/RS, renovação, deferimento. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Santos/SP, renovação, deferimento. Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, Curitiba/PR, renovação, deferimento.** Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade dos votos. Os votos da Conselheira Márcia foram os seguintes: **Banco de Olhos de Sorocaba, Sorocaba/SP, renovação, deferimento. Irmandade Santo Antonio, Curvelo/MG, renovação, deferimento. Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra, São Joaquim da Barra/SP, renovação, deferimento. Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador/BA, renovação, deferimento. Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro/RJ, renovação, deferimento.** Eu havia retirado de pauta esse processo que está embaixo, **Fundação Percival Faguhar.** Na verdade faltavam alguns documentos e era a questão do percentual de gratuidade. Como ele aderiu ao PROUNI e trouxe os documentos que faltavam, o processo então está ok e sou pelo deferimento. O

Conselheiro Elias Sampaio Freire pediu vistas do processo da Fundação Percival Faguhar. Com relação aos demais votos da Conselheira, colocados em votação, foram aprovados por unanimidade. O Presidente passou à apreciação dos processos constantes da planilha do Conselheiro Márcio, o qual apresentou os seguintes votos: **Associação Educacional e Beneficente São Carlos, Porto Alegre/RS, renovação, deferimento. Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente – AMENCAR, São Leopoldo/RS, renovação, deferimento. Instituto Mater Del, São Paulo/SP, reconsideração, concessão, deferimento. Colégio Campos Salles, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada, Brasília/DF, renovação, deferimento. Sociedade Piauiense de Combate ao Câncer, Teresina/PI, renovação, deferimento.** Colocados em votação por chamada nominal, os processos foram aprovados por unanimidade. O Conselheiro Antonio Brito pediu vistas do processo da Liga Alagoana Contra a Tuberculose. Em seguida, o Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti apresentou os seguintes votos: **Casa de Misericórdia de Guararapes, Guararapes/SP, renovação, deferimento. CAATINGA foi retirado. SEIJ – Sociedade Educadora da Infância e Juventude, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Sociedade Movimento dos Folcolari, Vargem Grande Paulista/SP, renovação, deferimento. Congregação de São João Batista, Belo Horizonte/MG, renovação, deferimento. Associação Santo Agostinho – ASA, São Paulo/SP, renovação, deferimento. E da transição, Sociedade de Assistência aos Cegos – SAC, Fortaleza/CE, renovação, deferido.** Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade dos votos. Em seguida passou-se aos votos do Conselheiro Ricardo Henriques, lidos pela Conselheira Natália: **Hospital Regional Darcy Vargas, Rio Bonito/RJ, renovação, deferimento. Irmãs Franciscanas de Instrução e Assistência, Anápolis/GO, renovação, deferimento. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, Guariba/SP, renovação, deferimento. Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Surubim, Surubim/PE, renovação, deferimento. Associação Aracajuana de Beneficência, Aracaju/SE, renovação, deferimento. Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina, Criciúma/SC, renovação, deferimento.** Colocado em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. A Conselheira Vânia pediu vistas ao processo da Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina. A respeito do citado processo, o Conselheiro Elias fez as seguintes observações: **“Foi encaminhado expediente para este Conselho, porque essa entidade está sujeita a uma intervenção. O interventor pediu prazo de sobrestamento para que pudesse analisar, etc. Eu me manifestei naquela ocasião e venho aqui reiterar meu posicionamento de que devemos primar pela igualdade, ou seja, na última reunião comentou-se que haveria liminar, mandado de segurança, que daria direito a entidade não sofrer julgamento. Passou-se um mês, se houvesse mandado de segurança o mandado de segurança estaria aqui, o oficial de justiça estaria na porta e nós estaríamos cientes oficialmente, a**

entidade ia se virar, ou por fax, de qualquer forma chegaria aqui. Foi objeto de pedido de vista, a entidade reiterou o pedido para sobrestar o processo por mais cento e vinte dias. Há prazos regimentais. Certamente um Conselheiro pode pedir vista, outro pode pedir vista também. Só que me constrange o fato de termos um comportamento para duas entidades que foram aqui julgadas porque não cumpriam os requisitos do Tribunal de Contas da União e para uma entidade temos. É exatamente a mesma situação. Temos aqui tratamento diferenciado. Ou seja, a impessoalidade deve primar em nossos procedimentos. Impessoalidade, igualdade para que possamos aplicar a todos as mesmas regras. Era essa a observação. E até naquela ocasião eu fui contra a concessão de prazo de cento e vinte dias para que a entidade pudesse. A entidade continua com sua vida normal, isso não está sendo discutido há um mês, está sendo discutido a pelo menos dez anos”. O Conselheiro Elias foi acompanhado em suas argumentações pelo Conselheiro Marcelo da Silva Freitas. Vencidos os votos da Conselheira Natália, o Presidente Silvio, após passar a Presidência ao Conselheiro Antonio Brito, deu início a leitura de seus votos: **Instituto Ayrton Senna, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim, Cachoeiro do Itapemirim/ES, renovação, deferimento. Centro Espírita Amor e Caridade, Bauru/SP, renovação, deferimento. Centro Evangélico de Recuperação de Paulo Afonso, Paulo Afonso/BA, renovação, deferimento. Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável – SAEMA, Santa Maria/RS, renovação, deferimento. Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo, Itararé/SP, renovação, deferimento.** Processos colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. Ainda com a palavra, o Conselheiro Silvio Iung relatou um voto em separado com a seguinte fundamentação. “Eu tenho um voto em separado do Serviço Social Educacional Beneficente – SESEBE, do Rio de Janeiro. São dois processos. O de 1997 estava por renovação. O de 2003 está com proposta, aqui na nossa planilha, de indeferimento. Ontem o Conselheiro Antonio Celso Pasquini, que era o relator original, trouxe aqui e protocolou, o documento que faltava para que o processo tivesse todos os elementos para deferimento. Eu falei com o Célio e ele pôde expedir uma nota técnica complementar. O documento que faltava era a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. Tendo em vista que a entidade apresentou esse documento por esforço do ex-Conselheiro Celso Pasquini, está aqui na platéia, eu acompanho essa nota técnica complementar e sou pelo deferimento também do processo de 2003. Portanto, os dois processos pelo deferimento”. após esclarecimentos ao Conselheiro Elias, o processo foi colocado em votação por chamada nominal, o voto exarado pelo Conselheiro foi acatado pelo deferimento do pleito por unanimidade. Retomando a Presidência dos trabalhos, o Conselheiro Silvio Iung passou a palavra à Conselheira Márcia para que esta proferisse seus votos, os quais foram: **Associação Protetora dos Insanos de Sorocaba, Sorocaba/SP, renovação, deferimento.**



**Educandário Dr. Bezerra de Menezes, Marília/SP, renovação, deferimento. Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Barra Bonita, Barra Bonita/SP, renovação, deferimento. Instituto Maria Auxiliadora, Goiânia/GO, renovação, deferimento. Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, Ponta Grossa/PR, renovação, deferimento. Associação Educativa e Assistencial Regina Pacis, Belo Horizonte/MG, renovação, deferimento.** Colocados em votação por chamada nominal, os processos em apreço foram aprovados por unanimidade. Em seguida, a Conselheira Tânia proferiu os seguintes votos: **Sociedade Civil Servos da Caridade, Porto Alegre/RS, renovação, deferimento. Fundação Darcy Vargas, Rio de Janeiro/RJ, renovação, deferimento. Fundação Hospitalar de Caridade de Quaraí, Quaraí/RS, reconsideração, renovação, deferimento. Fundação Padre Albino, Catanduva/SP, renovação, deferimento. CIEE do Estado de São Paulo, São Paulo/SP, renovação, deferimento. Associação Beneficente Tobias, São Paulo/SP, renovação, deferimento.** Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. Não havendo processos a serem julgados, o senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Pessinatti, ponderou que a ausência dos Conselheiros relatores de processos para julgamento em Plenária está acarretando graves problemas, tanto ao CNAS como às Entidades cujos processos estão a cargo destes conselheiros faltosos. Sugeriu que fosse encontrada uma forma regimental para evitar que tal situação perdure. Corroborando com o Conselheiro Nivaldo, o senhor João Paulo se manifestou no mesmo sentido. Já o Conselheiro Marcos, com relação ao mesmo tema, solicitou uma ajuda interna por parte da estrutura do CNAS no auxílio aos Conselheiros ausentes. Em seguida o Presidente Silvio Iung voltou ao tema dos indicados para a Comissão de Ética, sendo que os indicados da Sociedade Civil ficaram para ser indicados na próxima reunião. **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, e esgotada a pauta da reunião, o senhor Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sílvio Iung, agradeceu a presença de todos, declarando encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Cláudia Teresa Sabóia, Secretária Executiva do CNAS, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho.